

**EDITAL – PREGÃO ELETRONICO nº. 002/2026SMS SRP
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 20094/2025**

PREGÃO ELETRONICO - SRP

Nº 002/2026SMS - LEI 14.133/2021

CONTRATANTE

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ILHEUS - BA

CNPJ: 08.663.203/0001-70

DEMANDANTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE ILHÉUS - BA

OBJETO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, DEVIDAMENTE LICENCIADA, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS PERTENCENTES AOS GRUPOS A (RESÍDUOS COM A POSSÍVEL PRESENÇA DE AGENTES BIOLÓGICOS), B (RESÍDUOS QUÍMICOS, INCLUINDO LÂMPADAS, REVELADOR E FIXADOR DE RAIOS-X, PELÍCULAS DE RAIOS-X, PILHAS, BATERIAS, ETC..) E E (MATERIAIS PERFUROCORANTES), PROVENIENTES DAS UNIDADES DE SAÚDE GERIDAS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE ILHÉUS/BA.

VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

R\$ 830.760,00 (oitocentos e trinta mil, setecentos e sessenta reais).

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

ABERTURA DE PROPOSTA – 20/04/2026 – AS 09:00HS

INÍCIO DA DISPUTA – 20/04/2026 – AS 09:00HS

CRITÉRIO DE JULGAMENTO A SER ADOTADO

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

MODO DE DISPUTA:

ABERTO

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026SMS SRP
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 20094/2025**

Regida pela Lei nº 14.133/2021 com aplicação subsidiária ao Decreto Municipal nº 269 de 14/01/2025, e suas alterações, além das demais disposições legais aplicáveis e do disposto no presente Edital.

Órgão(s) Participante(s):

Secretaria Municipal de Saúde

I – Processo Administrativo:

20094/2025

II – DATA LIMITE PARA ENVIO DAS PROPOSTAS:

20/04/2026 – 09h00min (Horário De Brasília), no endereço eletrônico:
<https://licitanet.com.br/>

III – INÍCIO DA DISPUTA:

20/04/2026 – 09h00min (Horário De Brasília), no endereço eletrônico:
<https://licitanet.com.br/>

IV – LOCAL:

20/04/2026 – 09h00min (Horário De Brasília), no endereço eletrônico:
<https://licitanet.com.br/>

V – OBJETO DA LICITAÇÃO:

REGISTRO DE PREÇO PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, DEVIDAMENTE LICENCIADA, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS PERTENCENTES AOS GRUPOS A (RESÍDUOS COM A POSSÍVEL PRESENÇA DE AGENTES BIOLÓGICOS), B (RESÍDUOS QUÍMICOS, INCLUINDO LÂMPADAS, REVELADOR E FIXADOR DE RAIOS-X, PELÍCULAS DE RAIOS-X, PILHAS, BATERIAS, ETC.) E E (MATERIAIS PERFUROCORANTES), PROVENIENTES DAS UNIDADES DE SAÚDE GERIDAS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE ILHÉUS/BA.

VI – PRAZOS:

A execução dos serviços deverá ocorrer conforme estabelecido no termo de referência.
Vigência Contratual: 12 (doze) meses;

VII – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, conforme conta do Termo de Referência.

VIII – LOCAL DE REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS:

Os serviços serão realizados conforme termo de referência

IX – ANEXOS:

- a) ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA;
 - b) ANEXO II – PROPOSTA DE PREÇOS;
 - c) ANEXO III – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO;
 - d) ANEXO IV – MINUTA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO;
 - e) ANEXO V – DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO;
 - f) ANEXO VI – DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE;
 - g) ANEXO VII – DECLARAÇÃO DE FATOS IMPEDITIVOS;
 - h) ANEXO VIII – DECLARAÇÃO DE QUE NÃO EMPREGA MENOR;
 - i) ANEXO IX – DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO NO REGIME DE TRIBUTAÇÃO DE ME/EPP;
 - j) ANEXO X – DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO;
 - k) ANEXO XI – DECLARAÇÃO DE QUE NÃO INTEGRA SEU CORPO SOCIAL, NEM EM SEU QUADRO FUNCIONAL, EMPREGADO PÚBLICO OU MEMBRO COMISSIONADO DE ÓRGÃO DIRETO OU INDIRETO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL;
 - l) ANEXO XII – DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA;
-

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO 002/2026SMS SRP PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 20094/2025

O **MUNICÍPIO DE ILHÉUS/BA**, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, que contrata por via do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ILHÉUS, inscrito no CNPJ: 08.663.203/0001-70, com sede na Rua Araújo Pinho, nº 07 – Bairro: Centro – neste Município, torna público, para conhecimento das empresas interessadas que será realizada licitação, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **“MENOR PREÇO GLOBAL”**, regido pela Lei Federal nº. 14.133, de 01/04/2021, pelo Decreto Municipal nº 269 de 14/01/2025, e suas alterações, além das demais disposições legais aplicáveis, e pelas condições estabelecidas no presente Edital e seus anexos. O Pregão será realizado em sessão pública online por meio de recursos de tecnologia da informação – internet, através do site <https://licitanet.com.br/>.

Em atendimento ao disposto no **art. 54 da Lei nº 14.133/2021**, o presente Edital, bem como seus anexos, eventuais esclarecimentos, retificações e demais atos relativos a esta licitação serão publicados no **Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP)**, disponível no endereço eletrônico <https://www.gov.br/pncp>

Complementarmente, as informações relativas ao presente certame poderão ser disponibilizadas no site oficial do Município e outros meios de comunicação, conforme o interesse da Administração, sem prejuízo da publicidade obrigatória no PNCP.

1. REGÊNCIA LEGAL

- 1.1. Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021
- 1.2. Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006 e 147 de 07/08/2014;
- 1.3. Decreto Municipal nº 269 de 14 de janeiro de 2025 e alterações posteriores.

2. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES:

2.1. O Pregão, na forma Eletrônica será realizado em sessão pública, por meio da **INTERNET**, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases através do **Sistema de Pregão, na Forma Eletrônica no site <https://licitanet.com.br/>**;

2.2. Os trabalhos serão conduzidos por funcionário da Secretaria Municipal de Ilhéus - BA, denominado Agente de Contratação/Pregoeiro, mediante a inserção e

monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo LICITANET constante da página eletrônica <https://licitanet.com.br/>;

3. RECEBIMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS E DATA DO PREGÃO:

3.1. O fornecedor deverá observar as datas e os horários limites previstos para a abertura da proposta, atentando também para a data e horário para início da disputa.

Início do recebimento das propostas: **02/04/2026 a partir das 18:00hs**

Abertura das Propostas: **20/04/2026 a partir das 09:00hs**

Início da Disputa: **20/04/2026 a partir das 09:00hs**

4. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO:

4.1. Poderão participar desta Licitação todas e quaisquer empresas ou sociedades, regularmente estabelecidas no País, que sejam especializadas e credenciadas no objeto desta licitação e que satisfaçam todas as exigências, especificações e normas contidas neste Edital e seus Anexos.

4.2. Poderão participar deste Pregão Eletrônico as empresas que apresentarem toda a documentação por ela exigida para respectivo cadastramento junto à **HTTPS://LICITANET.COM.BR/**;

4.3. É vedada a participação de empresa em forma de consórcios ou grupos de empresas.

4.3.1 Nos termos do **art. 15 da Lei nº 14.133/2021**, a Administração Pública poderá admitir ou vedar, justificadamente, a participação de empresas em consórcio nos procedimentos licitatórios.

4.3.2 Considerando as características do objeto desta contratação, entende-se pela vedação à participação de empresas reunidas em consórcio, em razão dos seguintes fatores:

a)A natureza do objeto licitado não exige a formação de consórcios para sua execução, sendo plenamente possível a participação individual de empresas que atendam aos requisitos de habilitação;

b)A contratação em questão trata de objeto comum no mercado e de execução rotineira, não se tratando de empreendimento de grande vulto, de alta complexidade técnica ou de elevado investimento, hipóteses em que a formação de consórcios poderia ser justificável;

c)A admissão de consórcios poderia gerar entraves na fase de habilitação e execução contratual, como a necessidade de constituição formal do consórcio, definição de responsabilidades entre as consorciadas e maior complexidade para a fiscalização e gestão do contrato;

d)Visa-se à simplificação, celeridade e maior efetividade do procedimento licitatório, evitando burocracias desnecessárias que possam comprometer o regular andamento do certame.

e) Permitir consórcio de empresas poderia ferir a isonomia entre as participantes, notadamente as micro empresas que estariam disputando com grandes empresas, reunidas em consórcio, inclusive.

Dessa forma, em conformidade com o disposto no **art. 15 da Lei nº 14.133/2021**, justifica-se a vedação à participação de empresas reunidas em consórcio, preservando-se o interesse público, a eficiência administrativa e a competitividade adequada à natureza da contratação.

4.4. É vedada à participação direta na presente licitação de:

- a) Pessoa física;
- b) Empresa que possua restrições quanto à capacidade técnica ou operativa, personalidade e capacidade jurídica, idoneidade financeira e regularidade fiscal;
- c) Empresa que estiver sob concordata ou falência, concurso de credores, dissolução, liquidação;
- d) Empresa que esteja suspensa de licitar ou contratar no âmbito do Município de Ilhéus-Bahia e/ou declarada inidônea por qualquer Órgão Público Federal, Estadual ou Municipal, na data da licitação e;
- e) Empresa que tiver promovido qualquer tipo de dano ao município, que se comprove com parecer jurídico ou laudo técnico ou mesmo notificação, mesmo que seja mora no prazo.
- f) Aquele que não atenda às condições deste Edital e seus anexos;
- g) Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- h) Empresa isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador,
- i) acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- j) Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- k) Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- l) Empresas controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- m) Pessoa física ou jurídica que, nos 05 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- n) Agente público do órgão ou entidade licitante;
- o) Pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

- p) Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, atuando nessa condição;
- q) Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.
- r) O impedimento de que trata a alínea “k” será também aplicada ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- s) A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa que se referem as alíneas “h e i” poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- t) Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- u) O disposto nas alíneas “h e i” não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- v) Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei 14.133/2021.
- w) A vedação de que trata a alínea “o” estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4.5. O licitante deverá estar credenciado, de forma direta ao sistema **no site <https://licitanet.com.br/>**, até o horário fixado no edital para o recebimento das propostas.

4.5.1. Todas as ações referentes ao certame serão realizadas no sistema ***licitanet*** (<https://licitanet.com.br/>), não sendo aceito a utilização de qualquer outro sistema ou meio para cadastro de propostas e documentações.

4.6. O cadastramento do licitante deverá ser requerido junto ao portal (<https://licitanet.com.br/>), onde o licitante terá todas as informações para se cadastrar e receber seu Login e senha de acesso, na agência de preferência da LICITANTE.

4.7. Especificações do produto objeto da licitação em conformidade com edital, constando preço, marca e modelo (se houver) e em caso de itens específicos mediante

solicitação do Agente de Contratação/Pregoeiro, com a inserção de catálogos do fabricante.

ANEXO. A microempresa ou empresa de pequeno porte, além da apresentação da declaração constante no Anexo IX, para fins de habilitação, deverá, quando do cadastramento no sistema (<HTTPS://LICITANET.COM.BR>), informar no campo próprio da ficha técnica de cadastro da Licitante, o seu regime de tributação para fazer valer o direito de prioridade do desempate. Art. 44 e 45 da LC 123/2006 e 147/2014.

5. REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME

5.1. O certame será conduzido pelo Agente de Contratação/Pregoeiro, com o auxílio da equipe de apoio, que terá, em especial, as seguintes atribuições:

- a) acompanhar os trabalhos da equipe de apoio;
- b) responder as questões formuladas pelos fornecedores, relativas ao certame;
- c) abrir as propostas de preços;
- d) analisar a aceitabilidade das propostas;
- e) desclassificar propostas indicando os motivos;
- f) conduzir os procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta do lance de menor preço;
- g) verificar a habilitação do proponente classificado em primeiro lugar;
- h) declarar o vencedor;
- i) receber, examinar e decidir sobre a pertinência dos recursos;
- j) elaborar a ata da sessão;
- k) encaminhar o processo à autoridade superior para homologar e autorizar a contratação;
- l) abrir processo administrativo para apuração de irregularidades visando a aplicação de penalidades previstas na legislação.

6. CREDENCIAMENTO NO SISTEMA LICITANET:

6.1. As pessoas jurídicas ou firmas individuais interessadas deverão nomear através do instrumento de mandato previsto no item 4.6, operador devidamente credenciado ao sistema (<https://licitanet.com.br/>), atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no site: (<https://licitanet.com.br/>);

6.2. A participação do licitante no pregão eletrônico se dará por meio de participação direta, a qual deverá manifestar, por meio de seu operador designado, em campo próprio do sistema, pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

6.3. O acesso do operador ao pregão, para efeito de encaminhamento de proposta de preço e lances sucessivos de preços, em nome do licitante, somente se dará mediante prévia definição de senha privativa.

6.4. A chave de identificação e a senha dos operadores poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, sob a responsabilidade do seu usuário.

6.5. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo a SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE ILHÉUS/BA, a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

6.6. O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

7. PARTICIPAÇÃO

7.1. A participação no Pregão, na Forma Eletrônica se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados data e horário limite estabelecido.

7.2. É vedada a identificação dos proponentes licitantes no sistema, em qualquer hipótese, antes do término da fase competitiva do pregão. Qualquer elemento que possa identificar o licitante importa a desclassificação da proposta.

7.3. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou da desconexão do seu representante;

7.4. Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional poderá ser esclarecida junto ao <https://licitanet.com.br/>, no Telefone: (34) 2512-6500 ou no E-mail: fornecedor@licitanet.com.br ou comercial@licitanet.com.br.

8. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

8.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances de julgamento.

8.1.1 Após o fim da fase de lances, o licitante classificado em 1º lugar deverá enviar a proposta comercial readequada e os documentos de habilitação nos termos deste edital, no prazo de 2 (duas) horas a contar da intimação via sistema.

8.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

8.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e nos prazos estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observada o disposto nos itens deste Edital. (não se aplicará ao certame)

8.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema que:

8.4.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis

trabalhistas, nas formas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

- 8.4.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição;
- 8.4.3. Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- 8.4.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;
- 8.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16, da Lei nº 14.133/2021.
- 8.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento estabelecido em seus arts. 42 a 49, observando o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133/2021;
- 8.6.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento do certame, para aquele item;
- 8.6.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
- 8.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 8.4 ou 8.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, neste Edital.
- 8.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 8.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 8.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõe a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 8.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

8.11.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta;

8.11.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

8.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

8.12.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço;

8.12.2. Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

8.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do **item 8.11 possuirá caráter sigiloso** para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

8.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

8.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

9. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

9.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

9.1.1. Valor total Global;

9.1.2. Marca;

9.1.3. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;

9.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

9.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

9.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

9.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

9.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

9.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratuais, promovendo, quando requerido, sua substituição.

9.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

9.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas quando participarem de licitações públicas;

9.9.1. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos;

9.10. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

10. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

10.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e locais indicados neste Edital.

10.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

10.2.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante, nas descrições da plataforma do sistema.

10.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

10.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

10.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

10.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

10.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu

recebimento e do valor consignado no registro.

10.6. O lance deverá ser ofertado pelo valor total Global.

10.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para aberturada sessão e as regras estabelecidas no Edital.

10.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

10.9. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 100,00 (cem reais).

10.10. O licitante poderá uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

10.11. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

10.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico SRP o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

10.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

10.12.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

10.12.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

10.12.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

10.12.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

10.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

10.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

10.15. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

10.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo

superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no site eletrônico utilizado para divulgação.

10.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

10.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria às microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

10.19. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta, ou melhor, lance será considerado empatado com a primeira colocada.

10.19.1. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

10.19.2. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

10.19.3. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

10.20. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

10.20.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

10.20.1.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

10.20.1.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

10.20.1.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

10.20.1.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

10.20.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

10.20.2.1. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública Estadual ou Distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de município, no território do Estado em que este se localiza;

10.20.2.2. Empresas brasileiras;

10.20.2.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

10.21. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2011.

10.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado mesmo após a negociação for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

10.23. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

10.24. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

10.25. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

10.26. Após a negociação do preço, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

10.27. A critério do Pregoeiro poderá ser exigida planilha de composição de custos e formação de preços dos produtos envolvidos na contratação e sua apresentação serão no prazo máximo de 02 (duas) horas a partir da solicitação do Pregoeiro. O não atendimento implicará na desclassificação da arrematante.

11. FASE DE JULGAMENTO

11.1. Encerrada a fase de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 4 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/ceis>);
- c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/ceis>).

11.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

11.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput).

11.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, § 1º).

11.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação (IN nº 3/2018, art. 29, § 2º).

11.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

11.4. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

11.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPS, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 1.2 deste edital.

11.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste edital e em seus anexos, observando o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

11.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

11.7.1. Contiver vícios insanáveis;

11.7.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

11.7.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

11.7.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

11.7.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste edital ou seus anexos, desde que insanável.

11.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 75% (setenta por cento) do valor orçado pela Administração.

11.8.1. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

11.8.1.1. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta;

11.8.1.2. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

11.9. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

11.9.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

11.9.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante;

11.9.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

11.9.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

11.10. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

11.11. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido descomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

11.11.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

11.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

11.12.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

11.12.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

11.13. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

11.14. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo do demais licitantes.

11.15. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

11.16. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste edital, a proposta do licitante será recusada.

11.17. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

12. DA FASE DE HABILITAÇÃO

12.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.2. Os licitantes deverão apresentar a seguinte documentação para efeito de habilitação, nas condições seguintes:

Habilitação jurídica:

- a) No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- b) No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- c) Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;
- d) No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- e) Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;
- f) No caso de exercício de atividade não listadas nos itens acima: ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, nos termos da legislação pertinente.

g) No caso de sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971.

Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Regularidade fiscal, social e trabalhista:

- a) Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;
- b) Certidão negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União;
- c) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- d) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- e) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal ou estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- f) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- g) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- h) Declaração de cumprimento ao disposto no Inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal e outras que forem necessárias.
- i) Antes de formalizar ou prorrogar o prazo de vigência do contrato, a administração deverá verificar a regularidade fiscal do contratado, consultar o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e suspensas (CEIS) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), emitir as certidões negativas de idoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas e juntá-las ao respectivo processo.

Qualificação Econômico-Financeira:

- a) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;
- b) Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;
- b.1) No caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos, os documentos exigidos acima, limitar-se-á ao último exercício;

b.2) No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

b.3) É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato/estatuto social;

b.4) Caso o licitante seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

c) Comprovação da boa situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$\begin{aligned} \text{LG} &= \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \\ \text{SG} &= \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \\ \text{LC} &= \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} \end{aligned}$$

c.1) As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º);

c.2) O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º)

c.3) O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

c.3.1) Os índices estabelecidos atendem ao disposto no art. 69 da Lei n. 14.133/21 uma vez que permitem a comprovação de uma avaliação mais precisa da situação financeira da empresa de forma objetiva, os mesmos foram estabelecidos observando percentuais usualmente adotados no mercado para a avaliação da situação financeira das empresas e não frustram ou restringem o caráter competitivo do certame, pois foram estabelecidos em patamares mínimos aceitáveis, com intuito de garantir a continuidade da execução dos serviços, objeto desta licitação.

d) As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação ou do item pertinente.

Qualificação Técnica:

Qualificação Técnica:

a) Comprovação da capacidade técnico operacional da empresa licitante por execução de serviço de características semelhantes, fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado devidamente, e que se refiram a contratos concluídos.

1..1.1. Os atestados deverão ser apresentados constando as seguintes informações da emitente: papel timbrado, CNPJ, endereço, data de emissão, nome e cargo/função de quem assina o documento, bem como conter objeto, atividades desenvolvidas, período da contratação.

1..1.2. Não serão aceitos atestados emitidos por empresas do mesmo grupo empresarial da licitante ou pela própria concorrente e/ou emitidos por empresas das quais participem sócios ou diretores da concorrente.

b) Prova de que a licitante possui PGR – Programa de Gerenciamento de Risco, conforme disposições da Norma Regulamentadora do Ministério Do Trabalho e Emprego;

c) Prova de que a licitante possui PCMSO – Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional, conforme disposições da NR7 emitida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA;

d) Licença de operação emitida pelo INEMA (INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HIDRICOS) do Estado da Bahia ou do Estado Sede da Empresa participante (único órgão competente para emitir tal licença), para os serviços objeto desta licitação e de acordo com a RDC ANVISA 222/2018;

e) Licença ambiental emitida pelo INEMA (INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HIDRICOS) do aterro licenciado para recebimento dos resíduos após o tratamento, dentro do estado da Bahia ou caso o Aterro seja em outro estado deverá ser apresentada a Licença ambiental do respectivo Estado da sua Localização;

- f) Licença ambiental emitida pelo INEMA (INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HIDRICOS), para os serviços objeto desta licitação como sendo transporte de resíduos perigosos;
- g) Alvará de funcionamento expedida pelo órgão de vigilância sanitária (municipal ou estadual) em nome da licitante;
- h) Atestado de Vistoria Técnica do Corpo de Bombeiros- AVCB;
- i) Cadastro Técnico Federal expedido pelo IBAMA em nome da pessoa jurídica da licitante;
- j) Certificado de inspeção veicular – CIV emitido pelo INMETRO, referente aos veículos da empresa (que efetivamente realizarão os serviços);
- k) Relação explícita do(s) motorista(as) apto(os) para transporte de resíduos de saúde, acompanhada do comprovante da carteira de habilitação e curso MOPP – movimentação e operação de produtos perigosos de cada motorista da empresa responsável pela coleta, respeitado seu prazo de validade;
- l) Declaração de Utilização dos EPIS adequados pelos funcionários da empresa no ato da coleta (ex: botas, luvas, máscara, touca, avental, óculos de proteção etc);
- m) Certificado de Regularidade da Empresa e do Responsável Técnico no Conselho Profissional competente, da jurisdição da sede do proponente, emitido pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), pelo Conselho Regional de Química (CRQ), ou pelo Conselho Regional de Biologia (CRBio), em nome do licitante e do(s) responsável(is) técnico(s), com linha de serviço compatível com o objeto da licitação – Certidão de Registro;

13. DA IMPUGNAÇÃO E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este edital de licitação por irregularidade ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo encaminhar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura da sessão pública.

13.2. A impugnação ou o pedido de esclarecimento deverão ser enviados via sistema, na plataforma <http://licitanet.com.br>. Não sendo válida qualquer outra forma de envio;

13.2.1. O documento enviado deverá constar nome e CPF quando pessoa física ou razão social e CNPJ quando pessoa jurídica.

13.3. O Pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos ou impugnação no prazo de até 3 (três) dias úteis contado da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital de licitação e dos anexos.

13.3.1. Excepcionalmente e devidamente justificado, o prazo para resposta dos pedidos de esclarecimentos ou impugnação poderá ser prorrogado até o último dia útil anterior à data de abertura do certame, promovendo-se, se for o caso, o adiamento da sessão pública.

- a) As respostas aos pedidos de esclarecimentos e às impugnações serão divulgadas diretamente no site www.ilheus.ba.gov.br/site/licitacoes. E no diário Oficial do Município;
- b) A impugnação não possui efeito suspensivo, sendo a sua concessão medida excepcional que deverá ser motivada pelo Pregoeiro nos autos do processo de licitação.
- c) Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

14. DOS RECURSOS

14.1. Caberá recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, enviado diretamente no sistema, plataforma <http://licitanet.com>, em face de:

- a) ato que defira ou indefira pedido de pré-qualificação de interessado ou de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;
- b) julgamento das propostas;
- c) ato de habilitação ou inabilitação de licitante;
- d) anulação ou revogação da licitação

14.2. O prazo para apresentação de contrarrazões será o mesmo do recurso e terá início imediatamente ao termino do prazo de recurso. Que deverá ser manifestando exclusivamente no sistema <http://licitanet.com>;

14.3. Quanto ao recurso apresentado em virtude do disposto nas alíneas “b” e “c” do item 14.1 do presente Edital, serão observadas as seguintes disposições:

- a) a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão. O prazo para a manifestação da intenção de recorrer será de até 60 (sessenta) minutos e o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
- b) a apreciação dar-se-á em fase única.

14.4. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.5. O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

14.6. O recurso interposto dará efeito suspensivo ao ato ou à decisão recorrida, até que sobrevenha decisão final da autoridade competente

15. DA HOMOLOGAÇÃO

15.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior para homologar o procedimento, observado o disposto no art. 71 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

16 DA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

16.1. As obrigações decorrentes deste PREGÃO *consubstanciar-se-ão em ata de registro de preço, quanto assim for classificada como ARP*, cuja minuta consta em anexo a este Edital;

16.2. O prazo para assinatura da ata de registro de preço será de até 05 (cinco) dias úteis, contados da convocação da adjudicatária;

16.3. A Ata de Registro de Preço deverá ser assinada pelo representante legal da adjudicatária (diretor, sócio da empresa ou procurador), mediante apresentação do contrato social e, na hipótese de nomeação de procurador, também de procuração e cédula de identidade do representante;

16.4. A critério da administração, o prazo para assinatura da ata poderá ser prorrogado uma vez, desde que haja tempestiva e formal solicitação da adjudicatária;

16.5. A Ata de Registro de Preço terá validade de 01 (um) ano, contado a partir de sua assinatura.

16.6 - Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador.

§ 1º Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

§ 2º Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

§ 3º As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

§ 4º O instrumento convocatório deverá prever que o quantitativo decorrente das

adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

§ 5º O órgão gerenciador somente poderá autorizar adesão à ata após a primeira aquisição ou contratação por órgão integrante da ata, exceto quando, justificadamente, não houver previsão no edital para aquisição ou contratação pelo órgão gerenciador.

§ 6º Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

§ 7º Compete ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

17. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

17.1 O fornecedor vencedor será convocado para assinar o Contrato, imediatamente a Homologação do processo, através do email e/ou Diário Oficial do Município, no prazo de 05 (cinco) dias corridos, para realização da assinatura.

17.2. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do termo de contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da data de seu recebimento.

17.2.1 O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração;

17.3. No caso de não se tratar de Registro de Preço a convocação do licitante ocorrerá no prazo de 24 (vinte e quatro) horas e na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

17.4. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

18. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

18.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

19. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

19.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

20. DO PAGAMENTO

20.1. As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência e na Minuta da Ata de Registro de Preço ou Minuta de Contrato, anexo a este Edital.

21. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

21.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

21.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

21.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

21.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

21.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

21.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

21.1.2.4. Deixar de apresentar amostra;

21.1.2.5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

21.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

21.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

21.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

21.1.5. Fraudar a licitação

21.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

21.1.6.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

21.1.6.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

21.1.6.3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

21.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

21.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

21.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

21.2.1. advertência;

21.2.2. multa;

21.2.3. impedimento de licitar e contratar e

21.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

21.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

21.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

21.3.2. as peculiaridades do caso concreto

21.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

21.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

21.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

21.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

21.4.1. Para as infrações previstas nos itens 21.1.1, 21.1.2 e 21.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

21.4.2. Para as infrações previstas nos itens 21.1.4, 21.1.5, 21.1.6, 21.1.7 e 21.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

21.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

21.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

21.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar serão aplicadas aos responsáveis em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 21.1.1, 21.1.2 e 21.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

21.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 21.1.4, 21.1.5, 21.1.6, 21.1.7 e 21.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 21.1.1, 21.1.2 e 21.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a

sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

21.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 21.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades previstas na legislação.

21.10. A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

21.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

21.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

21.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

21.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

22. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

22.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

22.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo pregoeiro.

22.3. Todas as referências de tempo no edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília-DF.

22.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

22.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da

Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

22.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

22.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

22.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios de isonomia e do interesse público.

22.9. Em caso de divergência entre disposições deste edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste edital.

22.10. O edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal da Transparência, www.ilheus.ba.gov.br e no <https://licitanet.com.br/>

22.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- a) ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA;
- b) ANEXO II – PROPOSTA DE PREÇOS;
- c) ANEXO III – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO;
- d) ANEXO IV – MINUTA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO;
- e) ANEXO V – DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO;
- f) ANEXO VI – DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE;
- g) ANEXO VII – DECLARAÇÃO DE FATOS IMPEDITIVOS;
- h) ANEXO VIII – DECLARAÇÃO DE QUE NÃO EMPREGA MENOR;
- i) ANEXO IX – DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO NO REGIME DE TRIBUTAÇÃO DE ME/EPP;
- j) ANEXO X – DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO;
- k) ANEXO XI – DECLARAÇÃO DE QUE NÃO INTEGRA SEU CORPO SOCIAL, NEM EM SEU QUADRO FUNCIONAL, EMPREGADO PÚBLICO OU MEMBRO COMISSIONADO DE ÓRGÃO DIRETO OU INDIRETO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL;
- l) ANEXO XII – DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA;

Ilhéus / BA, 02 de abril de 2026

Sonilda Santana de Mello
Secretária Municipal de Saúde

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA
PROCESSO Nº. 20094/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026SMS

1. DO OBJETO

1.1. O presente termo de referência tem por objeto a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de empresa especializada, devidamente licenciada, para prestação de serviço de coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos pertencentes aos grupos A (resíduos com a possível presença de agentes biológicos), B (resíduos químicos, incluindo lâmpadas, revelador e fixador de raio-X, películas de raio-X, pilhas, baterias, etc..) e E (materiais perfurocortantes), provenientes das Unidades de Saúde geridas pela Secretaria Municipal de Saúde de Ilhéus/BA.

1.2. Os serviços são classificados como comuns uma vez que os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo instrumento de contratação, por meio de especificações usuais de mercado.

1.3. A presente contratação encontra respaldo institucional, conforme previsão no item 332 do Plano de Contratação Anual de 2026, estando alinhado com o planejamento da administração.

1.4. O presente termo de referência tem como base legal a Lei n. 14.133/2021, bem como o decreto municipal 269/2025.

2. DOS FUNDAMENTOS DA CONTRATAÇÃO

2.1. Os resíduos gerados nas unidades de saúde possuem propriedades intrinsecamente perigosas, abrangendo potenciais agentes infectantes, substâncias químicas e materiais tóxicos, além de componentes perfurocortantes.

2.2. Tais características conferem elevado grau de risco biológico, químico e operacional, exigindo que seu tratamento e disposição final sejam executados mediante protocolos estritamente controlados, observando-se integralmente as diretrizes técnicas, normativas ambientais e requisitos sanitários aplicáveis, de modo a mitigar impactos ao meio ambiente, à saúde pública e à segurança ocupacional.

2.3. A gestão inadequada dos Resíduos de Serviços de Saúde (RSS) representa um vetor crítico de risco sanitário, ocupacional e ambiental, uma vez que pode promover a disseminação de agentes biológicos patogênicos, a liberação de substâncias químicas perigosas e a exposição a materiais perfurocortantes.

2.4. O armazenamento inadequado, bem como o acúmulo não autorizado de resíduos de serviços de saúde (RSS), configura um passivo sanitário-ambiental de alta relevância, caracterizado pelo potencial de gerar externalidades negativas de grande magnitude para a saúde coletiva e para os ecossistemas. Tais condições violam princípios fundamentais de biossegurança, gerenciamento de resíduos e prevenção de riscos, estabelecidos pelas normas sanitárias e ambientais vigentes. Entre os principais riscos associados, destacam-se:

• **Intensificação da proliferação de vetores e microrganismos patogênicos:**

A manutenção inadequada de resíduos biológicos e químicos favorece a amplificação de populações vetoriais e a expansão de agentes etiológicos com capacidade infectocontagiosa, elevando a probabilidade de transmissão de patógenos e a ocorrência de surtos epidemiológicos, em desacordo com as diretrizes de vigilância sanitária e epidemiológica.

• **Comprometimento das matrizes ambientais:**

A percolação, volatilização ou dispersão de contaminantes químicos, farmacológicos, citotóxicos e agentes biológicos presentes nos RSS pode resultar na degradação de solo, águas superficiais e aquíferos subterrâneos. Esses processos de contaminação representam risco ecotoxicológico significativo, afetam a qualidade ambiental e ampliam a exposição humana a substâncias perigosas, contrariando os padrões de qualidade ambiental e os princípios de prevenção e precaução.

• **Incremento da exposição ocupacional a agentes de risco:**

A manipulação, movimentação e permanência em áreas de armazenamento inadequado sujeitam trabalhadores das unidades geradoras e equipes responsáveis pelo manejo a riscos biológicos, químicos e físicos, incluindo contato com materiais perfurocortantes, substâncias tóxicas, aerossóis contaminados e resíduos citotóxicos. Essa condição eleva a probabilidade de acidentes de trabalho, contaminações acidentais e agravos à saúde, configurando não conformidade aos protocolos de segurança ocupacional e às normas de biossegurança.

2.5. Nesse contexto, a Resolução RDC nº 222/2018 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), a Resolução CONAMA nº 358/2005 e demais instrumentos normativos correlatos, estabelecem um conjunto de requisitos técnico-operacionais de caráter obrigatório, disciplinando de forma minuciosa os procedimentos de segregação, identificação, acondicionamento, coleta interna e externa, armazenamento temporário e final, transporte, tratamento e disposição final dos Resíduos de Serviços de Saúde (RSS).

2.6. A implementação dessa medida viabiliza a conformidade rigorosa com os princípios da prevenção e da precaução ambiental, os quais constituem fundamentos estruturantes do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA), nos termos da Lei nº 6.938/1981 que institui a Política Nacional do Meio Ambiente e estabelece diretrizes para a proteção, melhoria e recuperação da qualidade ambiental.

2.7. Ademais, atende ao princípio da responsabilidade compartilhada e aos preceitos da gestão integrada e ambientalmente adequada dos resíduos sólidos, previstos na

Lei nº 12.305/2010, que regulamenta a Política Nacional de Resíduos Sólidos, e define obrigações técnicas e institucionais voltadas à minimização de riscos e à otimização dos fluxos operacionais de manejo dos resíduos.

2.8. Adicionalmente, a medida observa integralmente as diretrizes técnico-operacionais preconizadas pela Resolução ANVISA nº 222/2018 e pela Resolução CONAMA nº 358/2005, diplomas normativos que conferem ao gerador a responsabilidade legal, técnica, ambiental e sanitária pelo gerenciamento integrado e seguro dos Resíduos de Serviços de Saúde (RSS). Tal responsabilidade abrange todas as etapas do ciclo de manejo, compreendendo a geração, segregação segundo classes de periculosidade, acondicionamento em conformidade com padrões específicos, identificação padronizada, armazenamento temporário em instalações adequadas, coleta e transporte interno, tratamento por tecnologias licenciadas e a disposição final ambientalmente adequada, nos termos das exigências regulatórias e das melhores práticas de biossegurança.

2.9. Tais dispositivos normativos estabelecem parâmetros estritos de controle operacional, rastreabilidade e mitigação de riscos, impondo ao gerador a adoção de protocolos preventivos e de barreiras técnicas capazes de prevenir impactos ambientais adversos, reduzir a exposição a agentes perigosos e assegurar a plena conformidade sanitária, ambiental e regulatória em todas as etapas do gerenciamento dos resíduos.

2.10. O §1º do Art. 2º da Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) nº 222/2018, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, delimita o escopo de aplicação da norma ao estabelecer, em seu preâmbulo :

“Para efeito deste Regulamento Técnico, definem-se como geradores de RSS todos os serviços cujas atividades estejam relacionadas com a atenção à saúde humana ou animal, inclusive os serviços de assistência domiciliar; laboratórios analíticos de produtos para saúde; necrotérios, funerárias e serviços onde se realizem atividades de embalsamamento (tanatopraxia e somatoconservação); serviços de medicina legal; drogarias e farmácias, inclusive as de manipulação; estabelecimentos de ensino e pesquisa na área de saúde; centros de controle de zoonoses; distribuidores de produtos farmacêuticos, importadores, distribuidores de materiais e controles para diagnóstico in vitro; unidades móveis de atendimento à saúde; serviços de acupuntura; serviços de piercing e tatuagem, salões de beleza e estética, dentre outros afins”.

2.11. O Inciso XXVII do Art. 3º da referida Resolução, trata do GERENCIAMENTO DOS RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE, Assim:

“Conjunto de procedimentos de gestão, planejados e implementados a partir de bases científicas, técnicas, normativas e legais, com o objetivo de minimizar a geração de resíduos e proporcionar um encaminhamento seguro, de forma eficiente, visando à proteção dos trabalhadores e a preservação da saúde pública, dos recursos naturais e do meio ambiente;”

2.12. A Resolução em referência estabelece, de forma sistematizada, os parâmetros técnico-operacionais que orientam a condução de cada etapa do fluxo de manejo dos resíduos de serviços de saúde (RSS), disciplinando os procedimentos necessários para garantir a conformidade sanitária, a mitigação de riscos ocupacionais e a proteção ambiental. Assim, define:

• **MANEJO**

Conjunto estruturado de operações técnico-funcionais aplicadas ao fluxo de resíduos de serviços de saúde, abrangendo todas as macroetapas do processo — segregação, acondicionamento, identificação, transporte interno, armazenamento temporário, armazenamento externo, coleta interna, transporte externo, tratamento, destinação e disposição final ambientalmente adequada.

Tais operações devem ser executadas segundo critérios de biossegurança, rastreabilidade, integridade física dos recipientes e conformidade com as diretrizes da RDC nº 222/2018, garantindo a contenção de agentes biológicos, químicos e perfurocortantes, bem como a prevenção de disseminação de contaminantes.

• **SEGREGAÇÃO**

Procedimento técnico de separação imediata dos resíduos no exato ponto e momento de sua geração, fundamentado na classificação por Grupos estabelecida no Anexo I da RDC nº 222/2018.

A segregação deve considerar as propriedades físico-químicas, biológicas e o estado físico do material, bem como o potencial de risco envolvido (infectante, químico, radiológico, perfurocortante, comum, entre outros), visando minimizar o volume de resíduos perigosos, otimizar os processos subsequentes e assegurar a adequação às normas de biossegurança.

• **ACONDICIONAMENTO**

Etapa correspondente ao correto enclausuramento dos resíduos previamente segregados, mediante utilização de recipientes ou sacos confeccionados com materiais tecnicamente apropriados ao tipo e ao risco do conteúdo.

Os dispositivos de acondicionamento devem apresentar resistência mecânica a punctura, ruptura e tombamento, quando aplicável; impermeabilidade; compatibilidade físico-química com o resíduo; e capacidade de contenção que impeça vazamentos, derramamentos e dispersão de agentes contaminantes. Tais requisitos buscam assegurar a integridade do resíduo ao longo das etapas subsequentes de armazenamento e transporte.

2.13. A Resolução estabelece que os resíduos sólidos devem ser acondicionados em sacos confeccionados em material resistente à ruptura, vazamento e impermeável, em conformidade com a ABNT NBR 9191/2000, observando-se rigorosamente os limites de carga e a vedação à prática de esvaziamento ou reutilização. Tais sacos devem ser alocados em recipientes laváveis, rígidos e resistentes à punctura, ruptura e vazamento, dotados de tampa com acionamento sem contato manual, cantos arredondados e estabilidade estrutural contra tombamento.

2.14. Para resíduos líquidos, a norma determina o uso de recipientes rígidos, estanques e quimicamente compatíveis com o conteúdo, providos de tampa rosqueada e sistema de vedação segura.

2.15. Outro aspecto disciplinado pela Resolução refere-se ao armazenamento externo, definido como a etapa destinada à guarda temporária dos recipientes contendo resíduos, preferencialmente acondicionados em bombonas, após sua consolidação no fluxo interno e antes da coleta externa. Essa área deve constituir ambiente exclusivo, segregado das demais operações, dotado de infraestrutura compatível com a natureza e periculosidade dos resíduos, garantindo ventilação adequada, piso e revestimentos laváveis, iluminação suficiente, contenção de derramamentos e controle de vetores.

2.16. Deve, ainda, assegurar acesso operacional facilitado e seguro aos veículos coletores, de modo a permitir a execução da coleta externa sem interferência nas rotinas assistenciais, atendendo aos requisitos de biossegurança, rastreabilidade e conformidade normativa aplicáveis ao gerenciamento de resíduos de serviços de saúde.



2.17. A etapa de coleta e transporte externos compreende o conjunto de operações destinadas à remoção dos Resíduos de Serviços de Saúde (RSS) a partir do abrigo de resíduos, identificado como área de armazenamento externo, até a unidade licenciada de tratamento ou de disposição final ambientalmente adequada.

2.18. Essas atividades devem ser executadas por agentes devidamente autorizados, empregando veículos e equipamentos específicos, projetados para manter a integridade estrutural dos recipientes e preservar as condições originais de acondicionamento, prevenindo rupturas, vazamentos, emissões e qualquer forma de disseminação de agentes biológicos, químicos ou perfurocortantes.

2.19. O processo deve observar estritamente as diretrizes técnico-operacionais estabelecidas previstos na RDC ANVISA nº 222/2018, na Resolução CONAMA nº 358/2005 e demais normas complementares. Tais requisitos incluem:

- utilização de rotas previamente definidas e otimizadas para minimizar riscos ambientais e sanitários;
- adoção de procedimentos padronizados de carga e descarga que evitem manipulação indevida dos recipientes;
- garantia de que os veículos coletores possuam compartimentos estanques, superfícies internas laváveis e sistemas que impeçam o contato dos resíduos com o ambiente externo;

- registro documental da massa coletada, data, horário, origem e destino dos resíduos, assegurando rastreabilidade completa.

2.20. A contratada será responsável pela execução integral das etapas de recolhimento, transporte, tratamento e destinação final ambientalmente adequada de todos os resíduos infectantes gerados pelas Unidades abrangidas por este certame, observando estritamente as diretrizes técnico-operacionais e os requisitos sanitários.

2.21. Tais resíduos deverão ser manejados conforme a sua classificação, abaixo pormenorizadas:

Grupo A: Resíduos com a possível presença de agentes biológicos que, por suas características podem apresentar risco de infecção ex.: bactérias, fungos, vírus, clamídias, micro plasmas, príons e parasitas, bolsas transfusionais de sangue, meios de cultura, membranas, órgãos e placentas dentro outros das subclasses abaixo:

A1 - Resíduos que necessitam de tratamento específico, tais como culturas e estoques de microrganismos; descarte de vacinas de microrganismos vivos ou atenuados; meios de cultura e instrumentais utilizados para transferência, inoculação ou mistura de culturas. Bolsas transfusionais contendo sangue ou hemocomponentes rejeitadas por contaminação ou por má conservação, ou com prazo de validade vencido, e aquelas oriundas de coleta incompleta. Sobras de amostras de laboratório contendo sangue ou líquidos corpóreos, recipientes e materiais resultantes do processo de assistência à saúde, contendo sangue ou líquidos corpóreos na forma.

A2 – Carcaças, peças anatômicas, vísceras e outros resíduos provenientes de animais submetidos a processos de experimentação com inoculação de microrganismos, bem como suas forrações, e os cadáveres de animais suspeitos de serem portadores de microrganismos de relevância epidemiológica e com risco de disseminação, que foram submetidos ou não a estudo anatomopatológico ou confirmação diagnóstica.

A3 – Peças anatômicas (membros) do ser humano; produto de fecundação sem sinais vitais, com peso menor que 500 gramas ou estatura menor que 25 centímetros ou idade gestacional menor que 20 semanas, que não tenham valor científico ou legal e não tenha havido requisição pelo paciente ou familiar.

A4 - Kits de linhas arteriais, endovenosas e deslizadores, quando descartados. Filtros de ar e gases aspirados de área contaminada; membrana filtrante de equipamento médico-hospitalar e de pesquisa, entre outros similares. Sobras de amostras de laboratório e seus recipientes contendo fezes, urina e secreções, provenientes de pacientes que não contenham e nem sejam suspeitos de conter

agentes Classe de Risco 4, e nem apresentem relevância epidemiológica e risco de disseminação, ou microrganismo causador de doença emergente que se torne epidemiologicamente importante ou cujo mecanismo de transmissão seja desconhecido ou com suspeita de contaminação com príons. Resíduos de tecido adiposo proveniente de lipoaspiração, lipoescultura ou outro procedimento de cirurgia plástica que gere este tipo de resíduo. Recipientes e materiais resultantes do processo de assistência à saúde, que não contenha sangue ou líquidos corpóreos na forma livre. Peças anatômicas (órgãos e tecidos) e outros resíduos provenientes de procedimentos cirúrgicos ou de estudos anatomopatológicos ou de confirmação diagnóstica. Carcaças, peças anatômicas, vísceras e outros resíduos provenientes de animais não submetidos a processos de experimentação com inoculação de micro-organismos, bem como suas forrações. Bolsas transfusionais vazia ou com volume residual pós-transfusão.

A5 - Órgãos, tecidos, fluídos orgânicos, materiais escarificantes e demais materiais resultantes da atenção à saúde de indivíduos ou animais, com suspeita ou certeza de contaminação com príons.

Grupo B: Resíduos contendo substâncias químicas que podem apresentar risco à saúde pública ou ao meio ambiente, dependendo de suas características de inflamabilidade, corrosividade, reatividade e toxicidade. Produtos hormonais e produtos antimicrobianos; citostáticos; antineoplásicos; imunossuppressores; digitálicos; imunomoduladores; antirretrovirais, quando descartados por serviços de saúde, farmácias, drogarias e distribuidores de medicamentos ou apreendidos e os resíduos e insumos farmacêuticos dos Medicamentos controlados pela Portaria MS 344/98 e suas atualizações. Resíduos de saneantes, desinfetante; resíduos contendo metais pesados; reagentes para laboratório, inclusive os recipientes contaminados por estes. Efluentes de processadores de imagem (reveladores e fixadores). Efluentes dos equipamentos automatizados utilizados em análises clínicas. Demais produtos considerados perigosos, conforme classificação da NBR 10.004 da ABNT (tóxicos, corrosivos, inflamáveis e reativos).

Grupo E: Materiais perfuro cortantes ou escarificantes, tais como: Lâminas de barbear, agulhas, escalpes, ampolas de vidro, brocas, limas endodônticas, pontas diamantas, lâminas de bisturi, lancetas; tubos capilares; micropipetas; lâminas e lamínulas; espátulas; e todos os utensílios de vidro quebrado no laboratório (pipetas, tubos de coleta sanguínea e placas de Petri) e outros similares. Considerando a necessidade de se destinar corretamente os resíduos produzidos pela rede pública municipal de saúde, para que os mesmos não poluam o meio ambiente, e também não incorram em riscos a pessoas que o manuseiam, riscos à saúde humana, o acúmulo pode gerar odores e riscos de contaminação e também para que se cumpram as legislações pertinentes.

2.22. A coleta e o transporte inadequados dos resíduos de serviços de saúde representam significativo potencial de risco ocupacional e sanitário, comprometendo a integridade dos trabalhadores envolvidos e da população.

2.23. A ausência de tratamento apropriado e a disposição final em desacordo com os padrões técnico-ambientais podem resultar em impactos graves, incluindo contaminação do solo, do lençol freático e de corpos d'água superficiais, além de favorecer a proliferação de vetores e a exposição indevida a agentes biológicos. Tais riscos reforçam a necessidade de procedimentos operacionais padronizados e de técnicas especializadas em todas as etapas do manejo, assegurando a mitigação de agravos à saúde pública e ao meio ambiente.

2.24. A relevância do serviço a ser contratado fundamenta-se no elevado grau de periculosidade associado ao acúmulo indevido de resíduos de serviços de saúde (RSS), cuja gestão inadequada representa risco sanitário crítico.

2.25. A permanência prolongada desses resíduos em áreas de armazenamento, sem tratamento ou destinação apropriada, favorece a proliferação de agentes biológicos patogênicos, incluindo bactérias, vírus, fungos e parasitos, com potencial de causar surtos de doenças infectocontagiosas, tais como hepatites virais, tétano, infecções entéricas, zoonoses e outras patologias de transmissão direta ou indireta.

2.26. Além do risco biológico, o acúmulo de RSS contribui para a atração e multiplicação de vetores e pragas urbanas, como roedores, e insetos, que atuam como disseminadores de agentes infecciosos, e tal situação intensifica a possibilidade de ocorrência de doenças zoonóticas.

2.27. Resíduos perfurocortantes descartados inadequadamente ampliam a probabilidade de acidentes ocupacionais, expondo trabalhadores da saúde, equipes de limpeza, coletores e terceiros ao risco de inoculação percutânea de patógenos como HIV, HBV, HCV e outros microrganismos de importância clínica.

2.28. Da mesma forma, resíduos químicos e farmacêuticos acumulados podem liberar substâncias tóxicas e voláteis, causando irritações, intoxicações agudas, reações alérgicas e danos cumulativos à saúde humana.

2.29. Nesse contexto, a execução tempestiva do serviço de coleta, tratamento e destinação final dos resíduos constitui medida indispensável para mitigar riscos epidemiológicos, assegurar condições mínimas de biossegurança e garantir o cumprimento dos padrões sanitários e ambientais estabelecidos pelas normas vigentes.

2.30. Justifica - se a dispensa da divulgação do **aviso de intenção de registro de preço (IRP)**, com previsão no **ART. 70** do **DECRETO MUNICIPAL 269/2025**, considerando que devido a demanda imediata deste órgão, tal publicação atrasaria o processo em mais de 10 (dez) dias corridos, o que poderia causar um possível desabastecimento conforme **ART. 86 § 1º LEI 14.133/2021**.

3. ESPECIFICAÇÃO E VALOR DA CONTRATAÇÃO

3.1. O objeto do presente termo de referência possui as seguintes características técnicas e condições, as quais deverão ser rigorosamente observadas por ocasião da formulação do preço a ser proposto:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND.
01	Serviço de coleta (com pesagem no ato da retirada e balança fornecida pela contratada), transporte, tratamento e destinação final dos resíduos oriundos dos serviços de saúde dos grupos A, B e E gerados pelas unidades de Saúde do município de Ilhéus/BAque, conforme planilha anexada. (Bombona de 200 LITROS).	BOMBONA

ESTIMATIVA DE QUANTIDADE DE RECOLHIMENTOS

UNIDADE	Quantidade Mensal de Bombonas Necessárias (200 lt)	Frequência Ideal de Coleta	QUANTIDADE DE RECOLHIMENTOS
ESF SAMBAITUBA	01	Quinzenal	24
ESF BANCO CENTRAL	01	Quinzenal	24
ESF INEMA	01	Quinzenal	24
ESF SANTO ANTÔNIO	01	Quinzenal	24
EAP IGUAPE	02	Quinzenal	48
ESF IGUAPE	01	Quinzenal	24
UBS SÃO MIGUEL	02	Quinzenal	48

UBS SARAH KUBITSCHECK	03	semanal	144
ESF ALTO DO COQUEIRO	01	Quinzenal	24
ESF BASÍLIO	01	Quinzenal	24
SINDICATO DOS RODOVIÁRIOS DE ILHÉUS	01	Quinzenal	24
ESF CONQUISTA	01	Quinzenal	24
UBS PRINCESA ISABEL	01	semanal	48
SINSEPI	01	Quinzenal	24
ESF SALOBRINHO	02	Quinzenal	48
UBS MÁRIO ALVES	03	semanal	144
UBS EULER	03	semanal	144
ESF VILELA IV	02	Quinzenal	48
UBS AV. ESPERANÇA	02	Quinzenal	48
ESF SALOBRINHO II	01	Quinzenal	24
ESF NOSSA SENHORA DA VITÓRIA II	01	Quinzenal	24
ESF NELSON COSTA	02	Quinzenal	48
UBS HERNANI SÁ	03	Quinzenal	72
ESF ILHÉUS II	02	Quinzenal	48
ESF NOSSA SENHORA DA VITÓRIA	02	Quinzenal	48
UBS OLIVENÇA	02	Quinzenal	48
CENTRO DE ESPECIALIDADES ODONTOLÓGICA	04	Semanal	192
ESF NOSSA SENHORA DA VITÓRIA III	01	Quinzenal	24
ESF NELSON COSTA II	01	Quinzenal	24
UBS JOAQUIM SAMPAIO	01	Quinzenal	24

ESF ALTO DO COQUEIRO	01	Quinzenal	24
ESF BARRA	01	Quinzenal	24
ESF BASILIO I	01	Quinzenal	24
ESF BASILIO II	01	Quinzenal	24
ESF CONQUISTA	02	Quinzenal	48
UBS IGUAPE	01	Quinzenal	24
ESF VILELA I	01	Quinzenal	24
ESF VILELA II	01	Quinzenal	24
ESF VILELA III	01	Quinzenal	24
UBS BACNO DA VITÓRIA	01	Quinzenal	24
UBS CSU	01	Quinzenal	24
UBS HERVAL SOLEDADE	01	Quinzenal	24
UPA 24h Esperança	10	Semanal	480
PA Zona Sul	05	Semanal	240
SAMU 192	03	Semanal	144
NAE	01	Quinzenal	24
CADHII	01	Quinzenal	24
Policlínica Municipal	02	Quinzenal	48
CMAE	01	Quinzenal	24
PRODOFI	01	Quinzenal	24
Melhor em Casa	01	Quinzenal	24
Farmácia Municipal	01	Semanal	48

Central de Abastecimento Farmacêutico (CAF)	01	Semanal	48
Centro de Zoonoses	03	Quinzenal	72
CTA	02	Quinzenal	48

TOTAL MENSAL DE RECOLIMENTOS
258

TOTAL ANUAL DE RECOCLIMENTOS
3096

3.2. A quantificação das bombonas requeridas por cada Unidade de Saúde, bem como a definição da frequência operacional ótima para a coleta dos resíduos gerados, foi estabelecida a partir da análise dos dados técnico-operacionais disponibilizados pelas coordenações dos diversos departamentos vinculados à Secretaria Municipal de Saúde de Ilhéus/BA.

3.3. Essa avaliação considerou variáveis como volume médio diário de geração, tipologia dos resíduos, capacidade de armazenamento e condições estruturais dos pontos de abrigo externo.

3.4. As informações consolidadas permitiram caracterizar de forma precisa o perfil de geração e o fluxo interno dos RSS, possibilitando o dimensionamento adequado da infraestrutura de acondicionamento (bombonas, recipientes e áreas de armazenamento) e a determinação da periodicidade de coleta.

3.5. Tais parâmetros foram definidos em conformidade com os requisitos de biossegurança, eficiência logística e atendimento às normativas sanitárias e ambientais aplicáveis ao gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde.

3.6. A frequência de coleta será definida de acordo com as necessidades específicas de cada Departamento ou Setor gerador, respeitando os quantitativos previstos nas planilhas encaminhadas pelos setores solicitantes e anexadas ao processo.

3.7. Essa periodicidade poderá variar conforme o volume, classificação e sensibilidade dos resíduos produzidos, assegurando a manutenção das condições adequadas de armazenamento e a prevenção de riscos sanitários e ambientais.

3.8. O valor estimado foi apurado com base em pesquisa de preços realizada pelo Setor de Compras da Secretaria Municipal de Saúde de Ilhéus/BA, observando critérios técnicos compatíveis com a legislação vigente.

3.9. A metodologia adotada contemplou consulta ao Banco de Preços, considerando contratações públicas similares, compatíveis quanto ao objeto, porte e volume estimado de resíduos, além disso, foi realizada pesquisa de mercado junto a três fornecedores especializados, devidamente licenciados e atuantes no segmento de coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos de serviços de saúde, assegurando a obtenção de valores atualizados e compatíveis com a realidade regional.

3.10. Na composição do valor estimado foram considerados a frequência de coletas necessárias por unidade de saúde, o dimensionamento da rede municipal, os custos com transporte especializado em veículos apropriados e licenciados, o tratamento específico conforme a natureza de cada grupo de resíduo, e a destinação final ambientalmente adequada.

3.11. O montante estimado de R\$ 830.760,00 mostra-se compatível com o quantitativo estimado de resíduos gerados pelas Unidades de Saúde do Município, com a complexidade técnica dos serviços envolvidos, com as exigências legais quanto ao licenciamento ambiental e sanitário e com os preços praticados no mercado regional e em contratações públicas similares.

3.12. Dessa forma, a estimativa de valor referencial anual para o objeto em questão é de R\$ 830.760,00 por ano, considerando parâmetros compatíveis com o pregão municipal de Candeias (referência de custo por bombona e escala de serviço semelhante), e ajustado por possíveis diferenças operacionais e logísticas entre os municípios.

3.13. Ressalta-se que os serviços abrangem toda a cadeia operacional, desde a coleta até o tratamento e a destinação final, não se limitando ao simples transporte, o que justifica o custo global estimado.

3.14. Dessa forma, conclui-se que o valor estimado se encontra devidamente fundamentado em pesquisa de preços idônea, realizada em fontes oficiais e junto a fornecedores especializados, atendendo aos princípios da legalidade, economicidade, razoabilidade e eficiência previstos na Lei nº 14.133/2021

3.15. O critério de julgamento adotado será o MENOR PREÇO POR GLOBAL, observadas as exigências contidas neste Termo quanto às especificações do objeto.

4. DO REGIME DE EXECUÇÃO, LOCAL E DA FORMA DO FORNECIMENTO

4.1. Os serviços serão prestados mediante prévio agendamento e serão realizadas exclusivamente nas Unidades de Saúde, e departamentos vinculados a Secretaria de Saúde de Ilhéus/BA, durante o horário de 8:00h às 12:00h e 14:00 às 16:00h, de forma parcelada.

4.2. As unidades que necessitam da prestação do serviço objeto deste certame são:

UNIDADE	ENDEREÇO
AV. ESPERANÇA	AV GOVERNADOR ROBERTO SANTOS, S/N
CSU	AVENIDA ANTONIO CARLOS MAGALHAES, 1100
CONQUISTA	AV. CRISPIM JORGE DIAS CARILO, S/N, CONQUISTA
EULLER	AV CENTRAL, S/N
HERVAL SOLEDADE	PRAÇA SÃO JOAO BATISTA, 15
IGUAPE	RUA MARIA LUIZA, S/N
SANTA DULCE / JOAQUIM SAMPAIO	AVENIDA PRINCESA ISABEL, S/N
MÁRIO ALVES	RODOVIA JORGE AMADO, S/N, BANCO DA VITÓRIA
OLIVENÇA	AVENIDA TANCREDO NEVES, S/N
SÃO MIGUEL	RUA LUIZ CASTRO NERY, S/N
SARAH	AVENIDA ANTONIO CARLOS MAGALHAES, 1100
HERNANI SÁ	AVENIDA SILVIO SILVA, S/N
BANCO DA VITÓRIA	RUA NAFITAL SOUZA, 50
ALTO DO COQUEIRO	RUA DA AMENDOEIRA, 235
BASÍLIO I	PRAÇA NOSSA SENHORA DE FATIMA, S/N
BASÍLIO II	PRAÇA NOSSA SENHORA DE FATIMA, S/N
CONQUISTA	RUA ÁGUA PRETA, 235
BARRA	AVENIDA UBAITABA, 2125
IGUAPE	RUA A, 146 – RUA DA LINHA
ILHÉUS II	RUA HENRIQUE CARDOSO, 1133
NOSSA SENHORA DA VITÓRIA I	RUA ARNOLDO NEVES, S/N
NOSSA SENHORA DA VITÓRIA II	RUA ARNOLDO NEVES, S/N
NOSSA SENHORA DA VITÓRIA III	RUA ARNOLDO NEVES, S/N
NELSON COSTA I	RUA LÍRIO, 298
SALOBRINHO I	PRAÇA SANTO ANTONIO, S/N
VILELA I	RUA NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO, 47
VILELA II	RUA SANTA LUZIA, 729

VILELA III	RUA AIRTON SENA, 235
VILELA IV	RUA PADRE JOAO BORGES, 235
UNIDADE PRONTO ATENDIMENTO – PA ZONA SUL	RUA DIACONISA GÓES, 780, SÃO FRANCISCO
UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO – UPA ESPERANÇA	AV. GOVERNADOR ROBERTO SANTOS, S/N, MALHADO
SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA – SAMU- 192	AV LITORÂNEA NORTE, 54, MALHADO
CASA DIABÉTICO, HIPERTENSO E IDOSO DE ILHÉUS – CADHI	AVENIDA OSVALDO CRUZ, 43, CIDADE NOVA
CENTRO MUNICIPAL HALIL MEDAUAR	AVENIDA VEREADOR MARCUS PAIVA, 291, CIDADE NOVA
CENTRO ESPECIALIZADO DE ODONTOLOGIA – CEO	AVENIDA LOTUS, 79, NELSON COSTA
NÚCLEO DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA – NAE	AVENIDA ITABUNA, 872, CENTRO
PROGRAMA DE DOENÇA FALCIFORME DE ILHÉUS – PRODOFI	AVENIDA CANAVIEIRAS, 197-205, CIDADE NOVA
CLINICA MUNICIPAL DE ATENDIMENTO ESPECIALIZADO – CMAE	AVENIDA CANAVIEIRAS, 197-205, CIDADE NOVA
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLOGICA	AV. MARCUS PAIVA, CIDADE NOVA
CEREST	PRAÇA DR. ANTONIO VIANA, N° 149, CIDADE NOVA
VIGILÂNCIA AMBIENTAL	AV. MARCUS PAIVA, CIDADE NOVA
TUBERCULOSE E HANSENÍASE	AV. CANAVIEIRAS,S/N
CTA	PRAÇA MISAEL TAVARES, CIDADE NOVA
FARMÁCIA	RUA ALMIRO VINHAIS, S/N, BOA VISTA, ILHÉUS-BA, CEP: 45652-110
POLICLÍNICA MUNICIPAL	Av. Ver. Marcus Paiva, 291 - Cidade Nova
UBS MÁRIO ALVES	RODOVIA ILHÉUS – ITABUNA KM 4
Centro de Zoonoses	Rodovia Ilhéus/Itabuna Km 00

4.3. A frequência de coleta será definida de acordo com as necessidades específicas de cada Departamento ou Setor gerador, respeitando os quantitativos previstos nas planilhas encaminhadas pelos setores solicitantes e anexadas ao processo, sendo que essa periodicidade poderá variar conforme o volume, classificação e sensibilidade dos resíduos produzidos, assegurando a manutenção das condições adequadas de armazenamento e a prevenção de riscos sanitários e ambientais.

4.4. Durante a vigência da ARP poderão ser realizadas solicitações conforme necessidade da Administração;

4.5. Os materiais, equipamentos e mão de obra necessária para todo o processo de coleta, transporte, tratamento (incineração) e destinação final dos resíduos deverão ser disponibilizados pela CONTRATADA, de acordo com as normas e disposições legais vigentes, em foco, normas voltadas a regulamentar o objeto deste contrato: A Resolução RDC nº 306, DE 7 de dezembro de 2004, a qual dispõe sobre o Regulamento Técnico para o gerenciamento de resíduos de serviços de saúde; Deve estar ainda, em conformidade com o Decreto nº 10.936 de 12 de janeiro de 2022, o qual regulamenta a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; O supracitado Decreto impacta as empresas do ramo em alguns pontos, são eles, por exemplo:

a) O Programa Nacional de Logística Reversa, integrado ao Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão dos Resíduos Sólidos – SINIR e ao Plano Nacional de Resíduos Sólidos – Planares (Art. 12º), de modo a assegurar melhor rastreabilidade dos resíduos;

b) A obrigatoriedade da recuperação energética (observada à ordem de prioridade da Política Nacional de Resíduos Sólidos) para os resíduos perigosos que apresentem características de inflamabilidade (listados no §1º do Art. 72), quando houver instalações devidamente licenciadas para tal a até cento e cinquenta quilômetros de distância da fonte de geração dos resíduos (Art. 72, inciso I) e, preferencialmente, quando as condições forem diferentes. Porém, também dispõe que o transporte para as instalações de recuperação energética pode não se aplicar, se assim for considerado pelo órgão ambiental competente;

c) Especifica no inciso II, do Art. 86º, as atividades relacionadas à gestão e ao gerenciamento dos resíduos sólidos, as quais as instituições financeiras poderão criar linhas especiais de financiamento, são elas: triagem mecanizada; reutilização; reciclagem; compostagem; recuperação e aproveitamento energético; tratamento de

resíduos e disposição final ambientalmente adequada de rejeitos; e atividades de inovação e desenvolvimento; projetos de investimentos em gestão e gerenciamento de resíduos sólidos. Além disso, o mesmo se aplica para a recuperação de áreas contaminadas por atividades relacionadas à disposição inadequada de resíduos sólidos (Inciso IV, Art. 86);

• **ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO OBJETO:**

a) MANEJO: O manejo dos RSS é entendido como a ação de gerenciar os resíduos em seus aspectos intra e extra estabelecimento, desde a geração até a disposição final, incluindo as seguintes etapas:

b) SEGREGAÇÃO - Consiste na separação dos resíduos no momento e local de sua geração, de acordo com as características físicas, químicas, biológicas, o seu estado físico e os riscos envolvidos.

c) ACONDICIONAMENTO - Consiste no ato de embalar os resíduos segregados, em sacos ou recipientes que evitem vazamentos e resistam às ações de punctura e ruptura. A capacidade dos recipientes de acondicionamento deve ser compatível com a geração diária de cada tipo de resíduo.

c.1. Os resíduos sólidos devem ser acondicionados em saco constituído de material resistente a ruptura e vazamento, impermeável, baseado na NBR 9191/2000 da ABNT, respeitados os limites de peso de cada saco.

c.2. Os sacos devem estar contidos em recipientes de material lavável, resistente à punctura, ruptura e vazamento, com tampa provida de sistema de abertura sem contato manual, com cantos arredondados e ser resistente ao tombamento.

c.3 Os recipientes de acondicionamento existentes nas salas de cirurgia não necessitam de tampa para vedação.

c.4. Os resíduos líquidos devem ser acondicionados em recipientes constituídos de material compatível com o líquido armazenado, resistentes, rígidos e estanques, com tampa rosqueada e vedante.

d) IDENTIFICAÇÃO - Consiste no conjunto de medidas que permite o reconhecimento dos resíduos contidos nos sacos e recipientes, fornecendo informações ao correto manejo dos RSS.

e) TRANSPORTE INTERNO - Consiste no traslado dos resíduos dos pontos de geração até local destinado ao armazenamento temporário ou armazenamento externo com a finalidade de apresentação para a coleta.

e.1. A Contratada será responsável pela escolha dos produtos e equipamentos e melhor maneira de aplicação, desde que comprovadamente eficazes e aprovados pelos órgãos reguladores, como a Agência de Vigilância Sanitária - ANVISA e o INMETRO;

f) ARMAZENAMENTO TEMPORÁRIO - Consiste na guarda temporária dos recipientes contendo os resíduos já acondicionados, em local próximo aos pontos de geração, visando agilizar a coleta dentro do estabelecimento e otimizar o deslocamento entre os pontos geradores e o ponto destinado à apresentação para coleta externa. Não poderá ser feito armazenamento temporário com disposição direta dos sacos sobre o piso, sendo obrigatória a conservação dos sacos em recipientes de acondicionamento.

f.1. O armazenamento temporário poderá ser dispensado nos casos em que a distância entre o ponto de geração e o armazenamento externo justifique.

g) TRATAMENTO - Consiste na aplicação de método, técnica ou processo que modifique as características dos riscos inerentes aos resíduos, reduzindo ou eliminando o risco de contaminação, de acidentes ocupacionais ou de dano ao meio ambiente. O tratamento pode ser aplicado no próprio estabelecimento gerador ou em outro estabelecimento, observadas nestes casos, as condições de segurança para o transporte entre o estabelecimento gerador e o local do tratamento. Os sistemas para tratamento de resíduos de serviços de saúde devem ser objeto de licenciamento ambiental, de acordo com a Resolução CONAMA nº. 237/1997 e 358/05 e são passíveis de fiscalização e de controle pelos órgãos de vigilância sanitária e de meio ambiente.

h) ARMAZENAMENTO EXTERNO - Consiste na guarda dos recipientes de resíduos até a realização da etapa de coleta externa, em ambiente exclusivo com acesso facilitado para os veículos coletores.

h.1. No armazenamento externo não é permitida a manutenção dos sacos de resíduos fora dos recipientes ali estacionados.

i) COLETA E TRANSPORTE EXTERNOS - Consistem na remoção dos RSS do abrigo de resíduos (armazenamento externo) até a unidade de tratamento ou disposição final, utilizando-se técnicas que garantam a preservação das condições de acondicionamento e a integridade dos trabalhadores, da população e do meio ambiente, devendo estar de acordo com as orientações dos órgãos de limpeza urbana.

i.1. A coleta e transporte externos dos resíduos de serviços de saúde devem ser realizados de acordo com as normas NBR 7.500, NBR 7.501, NBR 12.810 e NBR 14.652, todas da ABNT.

i.1.1. Conforme dispõe a NBR 12.810: A empresa responsável pela coleta externa dos resíduos de serviços de saúde deve possuir um serviço de apoio que proporcione aos seus funcionários as seguintes condições: higienização e manutenção dos veículos; lavagem e desinfecção dos EPI (Equipamento de proteção individual); higiene corporal;

i.1.2. Do contêiner: A empresa responsável pela coleta externa dos resíduos de serviços de saúde deve, imediatamente, realizar a limpeza e desinfecção simultânea após o esvaziamento do contêiner;

i.1.3. Do veículo coletor: A empresa responsável pela coleta externa dos resíduos de serviços de saúde deve, ao final de cada turno de trabalho, realizar limpeza e desinfecção simultânea – utilizando jato de água, preferencialmente quente e sob pressão – do veículo coletor.

j) DISPOSIÇÃO FINAL - Consiste na disposição de resíduos no solo, previamente preparado para recebê-los, obedecendo a critérios técnicos de construção e operação, e com licenciamento ambiental de acordo com a Resolução nº 237/97 e 358/05 ambas do CONAMA;

• **SEGURANÇA OCUPACIONAL:**

a) O pessoal envolvido diretamente com os processos de higienização, coleta, transporte, tratamento, e armazenamento de resíduos, deve ser submetido a exame médico admissional, periódico, de retorno ao trabalho, de mudança de função e demissional, conforme estabelecido no PCMSO da Portaria 3214 do MTE ou em legislação específica para o serviço público.

- b) Os trabalhadores devem ser imunizados em conformidade com o Programa Nacional de Imunização-PNI, devendo ser obedecido o calendário previsto neste programa ou naquele adotado pelo estabelecimento.
- c) Os trabalhadores imunizados devem realizar controle laboratorial sorológico para avaliação da resposta imunológica.
- d) Os exames a que se refere o item anterior devem ser realizados de acordo com as Normas Reguladoras - NRs do Ministério do Trabalho e Emprego.
- e) O pessoal envolvido diretamente com o gerenciamento de resíduos deve ser capacitado na ocasião de sua admissão e mantido sob educação continuada para as atividades de manejo de resíduos, incluindo a sua responsabilidade com higiene pessoal, dos materiais e dos ambientes.
- f) A capacitação deve abordar a importância da utilização correta de equipamentos de proteção individual -uniforme, luvas, avental impermeável, máscara, botas e óculos de segurança específicos a cada atividade, bem como a necessidade de mantê-los em perfeita higiene e estado de conservação.
- g) Todos os profissionais que trabalham no serviço, mesmo os que atuam temporariamente ou não estejam diretamente envolvidos nas atividades de gerenciamento de resíduos, devem conhecer o sistema adotado para o gerenciamento de RSS, a prática de segregação de resíduos, reconhecer os símbolos, expressões, padrões de cores adotados.

4.6. Dependendo do grupo de resíduos há tratamento específico recomendado, de acordo com a RDC nº 222/18 da ANVISA, os quais seguem abaixo elencados:

4.6.1. Grupo A:

Resíduos do grupo A1 - Devem ser submetidos a tratamento, utilizando processos que vierem a ser validados para a obtenção de redução ou eliminação da carga microbiana, em equipamento compatível com Nível III de inativação microbiana.

4.6.1.1. Resíduos do grupo A2 - Devem ser tratados antes da disposição final ambientalmente adequada. Os RSS do Subgrupo A2 contendo microrganismos com alto risco de transmissibilidade, alto potencial de letalidade ou que representem risco caso sejam disseminados no meio ambiente, devem ser submetidos, na unidade geradora, a tratamento que atenda ao Nível III de Inativação Microbiana.

4.6.1. 2. Resíduos do grupo A3 - Devem ser destinados para sepultamento, cremação, incineração ou outra destinação licenciada pelo órgão ambiental competente. Quando forem encaminhados para incineração, os RSS devem ser acondicionados em sacos vermelhos e identificados com a inscrição "PEÇAS ANATÔMICAS".

4.6.1.3. Resíduos do grupo A4 – Não necessitam de tratamento prévio. Devem ser acondicionados em saco branco leitoso e encaminhados para a disposição final ambientalmente adequada.

4.6.1.4. Resíduos do grupo A5 - Devem ser encaminhados para tratamento por incineração. Devem ser segregados e acondicionados em saco vermelho duplo, como barreira de proteção, e contidos em recipiente exclusivo devidamente identificado.

4.6.2. Grupo B :

Resíduos químicos do grupo B - deve observar a periculosidade das substâncias presentes, decorrentes das características de inflamabilidade, corrosividade, reatividade e toxicidade. No estado sólido e com características de periculosidade, sempre que considerados rejeitos, devem ser dispostos em aterro de resíduos perigosos - Classe I com características de periculosidade, no estado líquido, devem ser submetidos a tratamento antes da disposição final ambientalmente adequada.

4.6.2.1. Os resíduos de medicamentos contendo produtos hormonais e produtos antimicrobianos; citostáticos; antineoplásicos; imunossupressores; digitálicos, imunomoduladores; anti-retrovirais, quando descartados por serviços assistenciais de saúde, farmácias, drogarias e distribuidores de medicamentos ou apreendidos, devem ser submetidos a tratamento ou dispostos em aterro de resíduos perigosos - Classe I.

4.6.3. Grupo E :

Os materiais perfurocortantes devem ser descartados em recipientes identificados, rígidos, providos com tampa, resistentes à punctura, ruptura e vazamento. Quando contaminados por agentes biológicos, químicos e substâncias radioativas, devem ter seu manejo de acordo com cada classe de risco associada. As seringas e agulhas, inclusive as usadas na coleta laboratorial de amostra de doadores e de pacientes, e os demais materiais perfurocortantes que não apresentem risco químico, biológico

ou radiológico não necessitam de tratamento prévio à disposição final ambientalmente adequada.

4.7. Todos os funcionários da contratada deverão estar devidamente fardados e identificados como funcionários da empresa, bem como em posse de todos os EPIs e EPCs necessários.

4.8. Os funcionários deverão primeiramente se reportar à fiscalização da Contratante antes do início dos serviços, confirmando quais serviços serão prestados na respectiva visita.

5. FORMAS E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

5.1 A seleção do fornecedor deverá ser realizada pela seleção da proposta mais vantajosa e que cumpra todos os requisitos previstos neste termo de referência,

5.2. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO GLOBAL.

5.3. Nos termos do art. 6º, XXI, consideram-se serviços comuns aqueles cujos requisitos técnicos e operacionais são usuais no mercado e podem ser descritos de forma clara, precisa e padronizada no edital, garantindo a ampla competitividade e a comparabilidade objetiva das propostas.

5.4. O art. 28, por sua vez, dispõe que o pregão é a modalidade adequada para contratação de bens e serviços comuns assegurando maior eficiência, economicidade e celeridade ao processo licitatório.

“Art. 6º, XXI – serviços comuns são aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.”

“Art. 28 – As modalidades de licitação são: (...) II – pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, inclusive os comuns de engenharia, nos termos desta Lei.”

5.5. O conjunto de atividades compreendidas na coleta, transporte, tratamento e disposição final dos resíduos pertencentes aos Grupos A, B e E da classificação de

Resíduos de Serviços de Saúde (RSS) apresenta características de padronização operacional amplamente consolidadas no mercado especializado, e tais serviços são regidos por protocolos técnicos definidos em regulamentos sanitários nacionais, notadamente a RDC ANVISA nº 222/2018, e executados com base em rotinas estruturadas, tecnologias consolidadas e procedimentos de biossegurança .

5.6. Os resíduos do Grupo A possuem risco inerente de natureza biológica, demandando manejo que previna a exposição humana a agentes potencialmente patogênicos. Os resíduos do Grupo B consistem em substâncias químicas perigosas, tais como lâmpadas com mercúrio, soluções de processamento radiográfico, películas de raio-X, pilhas e baterias, exigindo processos específicos para coleta, transporte e destinação ambientalmente adequada. Já o Grupo E inclui materiais perfurocortantes, cujo manuseio requer dispositivos e técnicas de acondicionamento e transporte capazes de evitar lesões e acidentes ocupacionais.

5.7. Embora exijam manejo especializado, as tecnologias, equipamentos, embalagens, processos logísticos e técnicas operacionais referentes aos Grupos A, B e E são amplamente difundidos, normatizados e ofertados por empresas capacitadas, sendo possível a definição objetiva dos padrões de qualidade e desempenho no edital. Assim, tais serviços enquadram-se como comuns para fins de contratação pública, conforme entendimento da Lei nº 14.133/2021.

5.8. Considerando a natureza comum do objeto, a possibilidade de especificação técnica objetiva e a diretriz legal de preferência pelo pregão eletrônico em contratações dessa natureza, conclui-se que a modalidade licitatória mais adequada para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Ilhéus/BA é o Pregão Eletrônico, nos termos do art. 28, II, da Lei nº 14.133/2021.

5.9. A adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP) para contratação dos serviços de coleta, transporte, tratamento e disposição final dos resíduos dos Grupos A, B e E justifica-se pela natureza contínua, essencial e de demanda variável associada ao manejo de RSS, pois o volume de resíduos gerados depende de fatores como o perfil assistencial das unidades, a intensidade dos fluxos de atendimento, a realização de campanhas sazonais, oscilações epidemiológicas e a implantação ou ampliação de serviços de saúde.

5.10. A continuidade desses serviços é indispensável à preservação da saúde pública, da biossegurança e da integridade ambiental, de modo que a interrupção ou inadequação operacional pode acarretar riscos biológicos e químicos, potencial

exposição ocupacional, proliferação de vetores e impactos ambientais negativos, e o Sistema de Registro de Preço, nesse contexto, permite ajustar a execução contratual às necessidades reais e dinâmicas das unidades, assegurando regularidade, planejamento e otimização dos recursos públicos.

5.11. A Secretaria Municipal de Saúde de Ilhéus/BA mantém uma rede assistencial extensa, descentralizada e composta por unidades com características operacionais distintas, cuja capacidade instalada e perfil de atendimento influenciam diretamente a geração de resíduos. Dessa forma, o uso do Sistema de Registro de Preços permite a aquisição conforme demanda efetiva, garantindo flexibilidade operacional e adequada compatibilização entre a execução contratada e as necessidades assistenciais.

5.12. A adoção do Sistema de Registro de preço também promove maior economicidade e eficiência, ao potencializar a competitividade no certame, padronizar procedimentos, racionalizar os atos de contratação e reduzir custos administrativos. Ademais, permite que cada unidade de saúde utilize os serviços na periodicidade estritamente necessária para sua realidade operacional, evitando contratações subutilizadas, desperdícios de recursos públicos e dificuldades no monitoramento da execução contratual.

5.13. Diante dos aspectos apresentados, conclui-se que o Sistema de Registro de Preços representa a solução mais técnica e administrativamente adequada para atender, de forma contínua, eficiente e econômica, às demandas da Secretaria Municipal de Saúde de Ilhéus/BA.

5.14. Em razão da natureza altamente especializada do objeto, sua execução exige um fluxo operacional contínuo, integrado e tecnicamente encadeado, no qual as etapas de coleta, transporte, tratamento e disposição final dos resíduos configuram um único processo sistêmico.

5.15. O fracionamento contratual dessas fases introduziria riscos relevantes à interoperabilidade dos procedimentos, comprometendo a rastreabilidade dos resíduos, a uniformidade dos protocolos técnicos, a segurança sanitária e a eficiência operacional do sistema.

5.16. A execução integrada das etapas possibilita maior eficiência técnico-operacional, com otimização de recursos, eliminação de redundâncias e redução de

custos globais, assegurando melhor relação custo-benefício e racionalidade administrativa.

5.17. A centralização das responsabilidades em um único fornecedor especializado reduz a complexidade gerencial, minimiza riscos de descontinuidade ou incompatibilidade entre prestadores e aprimora o controle e a rastreabilidade das operações.

5.18. A unificação contratual, portanto, garante maior padronização, segurança e conformidade técnica na execução das atividades, preservando a integridade do fluxo operacional e assegurando o atendimento aos requisitos legais, normativos e sanitários aplicáveis.

5.19. Diante do exposto, o critério de menor preço global para a contratação de empresa especializada, devidamente licenciada, para prestação de serviço de coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos provenientes das Unidades de Saúde geridas pela Secretaria Municipal de Saúde de Ilhéus/BA, é o mais adequado e vantajoso financeiramente para a Administração, respeitando integralmente os dispositivos legais da Lei nº 14.133/2021, assegurando economicidade, eficiência, transparência e qualidade na prestação dos serviços públicos.

6. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

6.1. Após análise criteriosa, conclui-se que a alternativa que melhor atende às exigências operacionais, sanitárias e ambientais da Secretaria Municipal de Saúde de Ilhéus/BA consiste na contratação de empresa especializada para a execução integrada dos serviços de coleta, transporte, tratamento e disposição final dos Resíduos de Serviços de Saúde (RSS) pertencentes aos Grupos A, B e E, conforme definidos pelas Resoluções ANVISA RDC nº 222/2018 e CONAMA nº 358/2005, bem como demais regulamentações correlatas.

6.2. A adoção de solução única e tecnicamente integrada assegura que todas as etapas do gerenciamento externo dos Resíduos de Serviços de Saúde sejam conduzidas por empresa devidamente habilitada, dotada de infraestrutura compatível com as exigências normativas, equipe capacitada, tecnologia de tratamento reconhecida e licenciamento ambiental atualizado, e tal abordagem reforça a conformidade regulatória, promove a rastreabilidade dos resíduos ao longo de todo o

fluxo operacional e reduz a probabilidade de inconsistências entre as fases de manejo.

6.3. Ressalta-se que a empresa contratada, a ser selecionada por meio de Pregão Eletrônico, deverá apresentar comprovação de regularidade ambiental, capacidade técnica operacional e atendimento aos parâmetros de desempenho exigidos para o tratamento e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos de saúde gerados no Município. Essa exigência objetiva assegurar a mitigação de riscos à saúde pública, à segurança dos trabalhadores expostos e à integridade do meio ambiente, garantindo elevados padrões de biossegurança e prevenção de impactos ambientais.

6.4. A pesquisa de mercado realizada demonstrou que diversos órgãos da administração pública adotam modelo contratual semelhante para o gerenciamento de resíduos de serviços de saúde, tendo em vista sua eficácia operacional, segurança tecnológica e aderência às normas regulatórias.

6.5. A análise comparativa evidenciou que a contratação integrada, sob a forma de prestação continuada dos serviços, representa a solução mais eficiente para atender às demandas do Município, reduzindo custos transacionais, otimizando o controle operacional e assegurando maior padronização dos procedimentos.

6.6. Nessa perspectiva, a adoção do critério de **menor preço global** apresenta-se como a alternativa economicamente mais vantajosa, uma vez que permite a contratação de solução completa, com sinergia entre as etapas, evitando a fragmentação contratual e reduzindo a possibilidade de sobreposição de custos ou incompatibilidades técnicas entre prestadores distintos.

7. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

7.1. Os custos com a presente contratação poderão ocorrer por conta das seguintes dotações orçamentárias:

Unidade	1101 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
---------	---------------------------------

Projeto atividade	2011 – MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS TÉCNICOS E APOIO ADMINISTRATIVO 2053 – GESTÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE
Elemento de despesa	3.3.9.0.39.000 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA
Fonte de Recursos	1.500.0000 - RECURSO NÃO VINCULADO DE IMPOSTOS DESTINADO A DESPESA COM AÇÕES E SERVIÇOS PUBLICOS DE SAÚDE

8. PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA

8.1 Os serviços serão prestados no Município de Ilhéus-BA, na Zona Urbana e/ou Rural, ou outro endereço indicado na Ordem de Serviço emitida pela Secretaria solicitante;

8.2. O serviço deverá ser executado no prazo máximo 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Serviço e deverá ser prestado atendendo o que dispõe o presente termo de referência, às expensas da CONTRATADA;

8.3. Cabe o Departamento solicitante informar a quantidade estimada e tamanhos das bombonas a serem coletadas por período, apontando, ainda, os endereços de cada ponto de coleta.

8.4. Poderá A CONTRATANTE solicitar alteração de endereço de coleta das unidades informadas.

8.5. O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses com início na data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por interesse das partes, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:

8.5.1. Os serviços tenham sido prestados regularmente;

8.5.2. Esteja formalmente demonstrado que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

8.5.3. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

8.5.4. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

8.5.5. Seja comprovado que o valor do contrato permanece economicamente vantajoso para a Administração;

8.5.6. Haja manifestação expressa da contratada informando o interesse na prorrogação;

8.5.7. Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação

9. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

9.1. Para que o objeto da contratação seja efetivado, é necessário o atendimento de alguns requisitos de acordo com as características do objeto, dentre eles os de qualidade e capacidade de execução pelo contratado, minimamente os dispostos nos artigos 62, 66, 67, 68 e 69 da Lei Federal 14.133/2021.

9.2. Sendo assim, os documentos exigidos serão:

Habilitação jurídica:

- a) No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- b) No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- c) Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;
- d) No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- e) Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;
- f) No caso de exercício de atividade não listadas nos itens acima: ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, nos termos da legislação pertinente.
- g) No caso de sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971.

Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Regularidade fiscal, social e trabalhista:

- a) Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;
- b) Certidão negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União;
- c) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- d) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- e) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal ou estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- f) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- g) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- h) Declaração de cumprimento ao disposto no Inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal e outras que forem necessárias.
- i) Antes de formalizar ou prorrogar o prazo de vigência do contrato, a administração deverá verificar a regularidade fiscal do contratado, consultar o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e suspensas (CEIS) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), emitir as certidões negativas de idoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas e juntá-las ao respectivo processo.

Qualificação Econômico-Financeira:

- a) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;
- b) Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;
 - b.1) No caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos, os documentos exigidos acima, limitar-se-á ao último exercício;
 - b.2) No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

b.3) É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato/estatuto social;

b.4) Caso o licitante seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

c) Comprovação da boa situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$\begin{aligned} \text{LG} &= \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \\ \text{SG} &= \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \\ \text{LC} &= \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} \end{aligned}$$

c.1) As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º);

c.2) O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º)

c.3) O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

c.3.1) Os índices estabelecidos atendem ao disposto no art. 69 da Lei n. 14.133/21 uma vez que permitem a comprovação de uma avaliação mais precisa da situação financeira da empresa de forma objetiva, os mesmos foram estabelecidos observando percentuais usualmente adotados no mercado para a avaliação da situação financeira das empresas e não frustram ou restringem o caráter competitivo do certame, pois foram estabelecidos em patamares mínimos aceitáveis, com intuito de garantir a continuidade da execução dos serviços, objeto desta licitação.

d) As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação ou do item pertinente.

Qualificação Técnica:

a) Comprovação da capacidade técnico operacional da empresa licitante por execução de serviço de características semelhantes, fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado devidamente, e que se refiram a contratos concluídos.

1..1.1. Os atestados deverão ser apresentados constando as seguintes informações da emitente: papel timbrado, CNPJ, endereço, data de emissão, nome e cargo/função de quem assina o documento, bem como conter objeto, atividades desenvolvidas, período da contratação.

1..1.2. Não serão aceitos atestados emitidos por empresas do mesmo grupo empresarial da licitante ou pela própria concorrente e/ou emitidos por empresas das quais participem sócios ou diretores da concorrente.

b) Prova de que a licitante possui PGR – Programa de Gerenciamento de Risco, conforme disposições da Norma Regulamentadora do Ministério Do Trabalho e Emprego;

c) Prova de que a licitante possui PCMSO – Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional, conforme disposições da NR7 emitida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA;

d) Licença de operação emitida pelo INEMA (INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HIDRICOS) do Estado da Bahia (único órgão competente para emitir tal licença), ou do Estado sede de Empresa participante para os serviços objeto desta licitação e de acordo com a RDC ANVISA 222/2018;

e) Licença ambiental emitida pelo INEMA (INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HIDRICOS) do aterro licenciado para recebimento dos resíduos após o tratamento, dentro do estado da Bahia ou caso o Aterro seja em outro estado deverá ser apresentada a Licença ambiental do respectivo Estado da sua Localização;

f) Licença ambiental emitida pelo INEMA (INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HIDRICOS), para os serviços objeto desta licitação como sendo transporte de resíduos perigosos;

- g) Alvará de funcionamento expedida pelo órgão de vigilância sanitária (municipal ou estadual) em nome da licitante;
- h) Atestado de Vistoria Técnica do Corpo de Bombeiros- AVCB;
- i) Cadastro Técnico Federal expedido pelo IBAMA em nome da pessoa jurídica da licitante;
- j) Certificado de inspeção veicular – CIV emitido pelo INMETRO, referente aos veículos da empresa (que efetivamente realizarão os serviços);
- k) Relação explícita do(s) motorista(as) apto(os) para transporte de resíduos de saúde, acompanhada do comprovante da carteira de habilitação e curso MOPP – movimentação e operação de produtos perigosos de cada motorista da empresa responsável pela coleta, respeitado seu prazo de validade;
- l) Declaração de Utilização dos EPIS adequados pelos funcionários da empresa no ato da coleta (ex: botas, luvas, máscara, touca, avental, óculos de proteção etc);
- m) Certificado de Regularidade da Empresa e do Responsável Técnico no Conselho Profissional competente, da jurisdição da sede do proponente, emitido pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), pelo Conselho Regional de Química (CRQ), ou pelo Conselho Regional de Biologia (CRBio), em nome do licitante e do(s) responsável(is) técnico(s), com linha de serviço compatível com o objeto da licitação – Certidão de Registro;

10. MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

10.1. A fiscalização decorrente desta contratação será acompanhada e fiscalizada pelos servidores abaixo:

FISCAIS DO CONTRATO	CARGO/FUNÇÃO
KATIUSSA MAGALHÃES NASCIMENTO	DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
SHIRLEN DE CARVALHO GUIMARÃES	CHEFE DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

Sendo permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição, nos termos do artigo 117 da Lei 14.133/2021.

10.2. O fiscal do contrato anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

10.3. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

10.4. O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

10.5. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos.

10.6. A gestora do contrato será a Secretária Municipal de Saúde a senhora Sonilda Santana de Mello, com atribuições administrativas e a função de administrar o contrato, desde sua concepção até a finalização, especialmente:

- I - Analisar a documentação que antecede o pagamento;
- II - Analisar os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato;
- III - Analisar eventuais alterações contratuais, após ouvido o fiscal do contrato;
- IV - Analisar os documentos referentes ao recebimento do objeto contratado;
- V - Acompanhar o desenvolvimento da execução através de relatórios e demais documentos relativos ao objeto contratado;
- VI - Decidir provisoriamente a suspensão da entrega de bens ou a realização de serviços;

10.7. O contratado deverá indiciar um responsável legal com respectivos contatos (e-mail, celular e Whatsapp), com poderes para representá-lo perante essa Municipalidade na execução do contrato decorrente da licitação objeto deste termo de referência.

10.8. O contratado deverá manter preposto aceito pela Administração durante o fornecimento do bem para representá-lo na execução do contrato.

11. DO PAGAMENTO E DOS CRITÉRIOS PARA MEDIÇÃO

11.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

11.2. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado, respeitada a ordem cronológica prevista no artigo 142 da Lei 14.133/21.

11.3. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o Órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

11.4. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei 14.133/2021.

11.5. O pagamento somente será efetuado após o “atesto”, pelo servidor competente, da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada, acompanhada das Certidões Negativas de Débitos Previdenciários, Trabalhistas, FGTS, Fazendas Federal, Estadual e Municipal.

11.5.1. O “atesto” fica condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada e do regular cumprimento das obrigações assumidas.

11.6. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

11.7. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, nos termos da Instrução Normativa nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, da Secretaria da Receita Federal do Brasil.

11.8. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, instituído pelo artigo 12 da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção quanto aos

impostos e contribuições abrangidos pelo referido regime, em relação às suas receitas próprias, desde que, a cada pagamento, apresente a declaração de que trata o artigo 6º da Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012.

11.9. O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de Crédito, mediante depósito em conta-corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pela Contratada, ou por outro meio previsto na legislação vigente.

11.10. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

11.11. A Contratante não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela Contratada, que porventura não tenha sido acordada no contrato.

11.12. DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

11.12.1. A CONTRATADA obriga-se a aceitar, nas mesmas condições estabelecidas, os acréscimos e/ou supressões que se fizeram necessários, nos serviços em até 25 % (vinte e cinco por cento) do valor inicial contratado atualizado.

11.12.2. As supressões e/ou acréscimos referenciados somente serão considerados válidos quando formalizados em aditamento contratual.

12. DA ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

12.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

12.2. Eventualmente, os preços referentes aos objetos contratados poderão ser reajustados se ultrapassado um ano da data do orçamento estimado, para manutenção das suas condições efetivas, com base no IPCA (IBGE), com fulcro no art. 37, XXI, da Constituição Federal.

12.2.1. O reajuste de preços deverá ser requerido do contratado, sob pena de preclusão.

12.3. Havendo comprovado desequilíbrio contratual, caberá revisão de preço pactuado, para mais ou para menos, nos termos fixados na Lei nº 14.133/2021.

12.4. No caso de desequilíbrio contratual, cabe à parte que alega demonstrar concreta e objetivamente o quantum do impacto negativo na economia contratual.

13. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

13.1. A CONTRATADA obriga-se a:

13.1.1. A CONTRATADA deverá informar por escrito os dados de identificação do(s) preposto(s) antes do início das atividades objeto deste contrato, para representá-la administrativamente sempre que necessário, indicando-se o nome, telefone e email, a quem o fiscal do contrato deverá se reportar para resolução de eventuais pendências;

13.1.2. A CONTRATADA deverá prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

13.1.3. A CONTRATADA deverá recolher os resíduos infectantes do serviço de saúde que tem como característica a maior virulência, infectividade e concentração de patógenos, que apresenta risco potencial adicional à saúde pública, conforme grupos acima especificados, logo, deverão seguir todos os protocolos de segurança aplicáveis;

13.1.4. A CONTRATADA tem a obrigação de manter os veículos em bom estado, realizar a manutenção preventiva e corretiva que se julgue necessária para o bom funcionamento, e prevenção de potenciais acidentes;

13.1.5. A CONTRATADA deverá, durante a execução das atividades pertinentes ao objeto, acondicionar os resíduos de serviços de saúde, atendendo às exigências legais dispostas no termo de referência, referentes ao meio ambiente, à saúde, à limpeza urbana e às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.

13.1.6. CONTRATADA deverá ser responsável em separar e acondicionar os resíduos de serviços de saúde, de acordo com suas características físicas, químicas, biológicas e classificação, em sacos e/ou recipientes impermeáveis, resistentes a ruptura e vazamentos, contendo identificação do conteúdo;

13.1.7. A CONTRATADA deverá fornecer, em regime de comodato, as bombonas necessárias para realização do serviço contratado;

13.1.8. A CONTRATADA deverá proceder ao serviço de destino final (tratamento) dos resíduos coletados;

13.1.9. A CONTRATADA deverá adotar as medidas necessárias à proteção ambiental e as precauções para evitar a ocorrência de danos ao meio ambiente e a terceiros durante a execução de suas atividades.

13.1.10. A CONTRATADA deverá responder por danos causados a terceiros e ao meio ambiente em virtude dos serviços prestados, desde que efetivamente caracterizada e comprovada sua responsabilidade;

13.1.11. A CONTRATADA deverá enviar relatório mensal ao Fundo Municipal de Saúde, contendo informações referentes à quantidade de material recolhido mensalmente;

13.1.14. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do serviço, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

13.1.15. O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, o produto com avarias ou defeitos;

13.1.16. Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação;

13.1.17. Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data de prestação do serviço, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

13.1.18. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

13.1.19. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato;

13.1.20. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

13.1.21. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

13.1.22. A contratada obriga-se a manter, compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a manutenção do Contrato.

13.1.23. A tolerância da Secretaria com qualquer atraso ou inadimplemento por parte da contratada não importará, de forma alguma, em alteração do Contrato, podendo o contratante exercer seus direitos a qualquer tempo.

13.1.24. A contratada é responsável pelo pagamento de todos os encargos, ações, ônus ou débitos trabalhistas, tributários, previdenciários, fiscais, administrativos, comerciais, cíveis e penais decorrentes da execução do Contrato e quaisquer outras contribuições que sejam exigidas para a prestação dos serviços.

13.1.25. A contratada assumirá inteira responsabilidade pelas obrigações decorrentes da legislação trabalhista, previdenciária de acidentes de trabalho e quaisquer outras relativas a danos a terceiros.

13.1.26. A inadimplência da contratada com referência a todos os encargos, ações, ônus ou débitos decorrentes do Contrato não transferem ao contratante a responsabilidade por seu pagamento.

13.1.27. A contratada obrigar-se-á a desenvolver o objeto deste Contrato sempre em regime de entendimento com a fiscalização, dispondo esta de amplos poderes para atuar no sentido do fiel cumprimento do Contrato.

13.1.28. Independente da fiscalização do contratante, a contratada será responsável por toda execução dos serviços, com supervisão do contratante.

13.1.29. Cabe à contratada permitir e facilitar à fiscalização, em qualquer dia e hora, devendo prestar todos os informes e esclarecimentos solicitados.

13.1.30. A contratada assumirá total responsabilidade por danos causados ao contratante ou a terceiros, decorrentes da execução do objeto, independente de dolo ou culpa, isentando o contratante de todas as responsabilidades advindas de atos de seus prepostos ou quaisquer pessoas físicas ou jurídicas empregadas ou ajustadas na execução do objeto.

13.1.31. É responsabilidade da contratada o fornecimento de materiais, equipamentos e mão-de-obra necessários para a perfeita execução do objeto.

13.1.32. Arcar com as despesas decorrentes de multas eventualmente aplicadas por quaisquer autoridades federais, estaduais e municipais, em consequência de fato a ela imputável e por ato de seu pessoal, inclusive aquelas que, por efeito legal, sejam impostas ao contratante;

13.2. É vedado à contratada:

13.2.1. Contratar servidor pertencente ao Quadro de Pessoal do contratante, durante a vigência do Contrato.

13.2.2. Veicular publicidade acerca desta contratação, salvo se houver prévia autorização do contratante;

13.2.3. Subcontratação total ou parcial do seu objeto, associação do contratado com outrem, cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, sem a autorização prévia do contratante.

14. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

14.1. A CONTRATANTE obriga-se a:

14.1.1. Atuar de forma que facilite para que a CONTRATADA possa executar a contratação, dentro das normas exigidas nesse TR.

14.1.2. Rejeitar no todo ou em parte, os serviços executados em desacordo com as exigências deste Termo de Referência e seus anexos;

14.1.3. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;

14.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado e notificar por escrito, à CONTRATADA, em caso de ocorrência de eventuais imperfeições no curso de execução dos serviços, fixando prazo para sua correção;

14.1.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente a prestação do serviço contratado, no prazo e na forma estabelecidos nesse termo;

14.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

14.3. Emitir a Nota de Empenho, com todas as informações necessárias, em favor da CONTRATADA.

14.4. Responsabilizar-se pela lavratura do respectivo contrato, com base nas disposições estabelecidas neste Termo de Referência.

14.5. Assegurar os recursos orçamentários e financeiros para custear a execução contratual.

14.6. Encaminhar à CONTRATADA a Ordem de Fornecimento com todas as informações necessárias para a entrega dos produtos. Esta não poderá fornecê-los, em nenhuma hipótese, antes de receber tal documento.

14.8. Notificar a contratada, imediatamente, sobre faltas e defeitos observados na execução do Contrato.

14.9. Prestar à CONTRATADA, em tempo hábil, as informações eventualmente necessárias à fiel execução contratual.

14.10. Atestar as notas fiscais correspondentes à prestação do serviço, por intermédio do servidor responsável pela fiscalização e único interlocutor para os fins previstos no futuro contrato.

14.11. Assegurar o acesso dos empregados da Contratada às suas dependências, aos locais de realização do objeto, quando a hipótese assim exigir, desde que previamente informado.

14.12. Analisar e auditar as contas apresentadas.

14.13. Efetuar o pagamento na forma convencionada, dentro do prazo previsto, desde que atendidas às formalidades previstas.

14.14. O contratado autoriza desde já o acesso às suas instalações para os profissionais indicados pela Secretaria Municipal de Saúde, com a finalidade de exercerem atividades de auditoria, sem restrição e sem comunicação prévia.

15. DA SUBCONTRATAÇÃO

15.1. Nos termos do art. 122 da Lei nº 14.133/2021, é permitida a subcontratação de partes do serviço, até o limite estabelecido pela Administração, vedada a transferência integral do objeto contratado.

15.2. Considerando que a destinação final das cinzas em aterro devidamente licenciado constitui etapa específica e complementar ao objeto principal, admite-se sua execução por empresa especializada, desde que mantida a responsabilidade integral da contratada principal perante a Administração.

15.3. A gestão e a destinação final dos resíduos de serviços de saúde deverão observar as diretrizes estabelecidas na Resolução CONAMA nº 358/2005, na RDC ANVISA nº 222/2018 e na Lei nº 12.305/2010, especialmente quanto à obrigatoriedade de destinação final ambientalmente adequada dos rejeitos e à rastreabilidade de todas as etapas do gerenciamento.

15.4. Ressalta-se que a subcontratação não exime a contratada principal de sua responsabilidade contratual, técnica, civil, administrativa e ambiental, permanecendo esta integralmente responsável pela adequada execução de todas as etapas do objeto, inclusive aquelas executadas por terceiros, respondendo solidariamente por eventuais irregularidades.

15.5. Assim, a previsão de subcontratação da etapa de destinação final das cinzas visa assegurar a adequada execução do objeto, observando as práticas usuais de mercado, a especialização técnica necessária e o estrito cumprimento das normas ambientais e sanitárias aplicáveis.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. O Município de Ilhéus-BA reserva-se no direito de impugnar o fornecimento prestado, se esses não estiverem de acordo com as especificações contidas neste Termo de referência.

16.2. Os casos omissos serão resolvidos com base nos dispositivos constantes na Lei 14.133/2021 e no Decreto Municipal nº 269/2025.

16.3. Fica eleito o foro da Comarca de Ilhéus-BA como único e competente para dirimir quaisquer demandas do presente contrato, por mais privilegiado que outro possa ser.

ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO

PROCESSO Nº. 20094/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026SMS

DADOS DA EMPRESA			
RAZÃO SOCIAL:			
CNPJ:		INSCRIÇÃO ESTADUAL:	
ENDEREÇO:			
E-MAIL:			TELEFONE:
BANCO (NOME/Nº)		AGÊNCIA Nº:	CONTA CORRENTE Nº:
VALIDADE DA PROPOSTA DE PREÇOS:		PRAZO DE ENTREGA DOS MATERIAIS:	

PLANILHA DE PREÇO

ITEM	DESCRIÇÃO	UND.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	Serviço de coleta (com pesagem no ato da retirada e balança fornecida pela contratada), transporte, tratamento e destinação final dos resíduos oriundos dos serviços de saúde dos grupos A, B e E gerados pelas unidades de Saúde do município de Ilhéus/BA, conforme planilha anexada. (Bombona de 200 LITROS).	BOMBONA	R\$	R\$
TOTAL GERAL				R\$

ESTIMATIVA DE QUANTIDADE DE RECOLHIMENTOS

UNIDADE	Quantidade Mensal de Bombonas Necessárias (200 lt)	Frequência Ideal de Coleta	QUANTIDADE DE RECOLHIMENTOS
ESF SAMBAITUBA	01	Quinzenal	24

ESF BANCO CENTRAL	01	Quinzenal	24
ESF INEMA	01	Quinzenal	24
ESF SANTO ANTÔNIO	01	Quinzenal	24
EAP IGUAPE	02	Quinzenal	48
ESF IGUAPE	01	Quinzenal	24
UBS SÃO MIGUEL	02	Quinzenal	48
UBS SARAH KUBITSCHKE	03	semanal	144
ESF ALTO DO COQUEIRO	01	Quinzenal	24
ESF BASÍLIO	01	Quinzenal	24
SINDICATO DOS RODOVIÁRIOS DE ILHÉUS	01	Quinzenal	24
ESF CONQUISTA	01	Quinzenal	24
UBS PRINCESA ISABEL	01	semanal	48
SINSEPI	01	Quinzenal	24
ESF SALOBRINHO	02	Quinzenal	48
UBS MÁRIO ALVES	03	semanal	144
UBS EULER	03	semanal	144
ESF VILELA IV	02	Quinzenal	48
UBS AV. ESPERANÇA	02	Quinzenal	48
ESF SALOBRINHO II	01	Quinzenal	24
ESF NOSSA SENHORA DA VITÓRIA II	01	Quinzenal	24
ESF NELSON COSTA	02	Quinzenal	48
UBS HERNANI SÁ	03	Quinzenal	72
ESF ILHÉUS II	02	Quinzenal	48
ESF NOSSA SENHORA DA VITÓRIA	02	Quinzenal	48
UBS OLIVENÇA	02	Quinzenal	48

CENTRO DE ESPECIALIDADES ODONTOLÓGICA	04	Semanal	192
ESF NOSSA SENHORA DA VITÓRIA III	01	Quinzenal	24
ESF NELSON COSTA II	01	Quinzenal	24
UBS JOAQUIM SAMPAIO	01	Quinzenal	24
ESF ALTO DO COQUEIRO	01	Quinzenal	24
ESF BARRA	01	Quinzenal	24
ESF BASILIO I	01	Quinzenal	24
ESF BASILIO II	01	Quinzenal	24
ESF CONQUISTA	02	Quinzenal	48
UBS IGUAPE	01	Quinzenal	24
ESF VILELA I	01	Quinzenal	24
ESF VILELA II	01	Quinzenal	24
ESF VILELA III	01	Quinzenal	24
UBS BACNO DA VITÓRIA	01	Quinzenal	24
UBS CSU	01	Quinzenal	24
UBS HERVAL SOLEDADE	01	Quinzenal	24
UPA 24h Esperança	10	Semanal	480
PA Zona Sul	05	Semanal	240
SAMU 192	03	Semanal	144
NAE	01	Quinzenal	24
CADHII	01	Quinzenal	24
Policlínica Municipal	02	Quinzenal	48

CMAE	01	Quinzenal	24
PRODOFI	01	Quinzenal	24
Melhor em Casa	01	Quinzenal	24
Farmácia Municipal	01	Semanal	48
Central de Abastecimento Farmacêutico (CAF)	01	Semanal	48
Centro de Zoonoses	03	Quinzenal	72
CTA	02	Quinzenal	48

TOTAL MENSAL DE RECOLIMENTOS
258

TOTAL ANUAL DE RECOCLIMENTOS
3096

TOTAL ANUAL DE RECOCLIMENTOS
3096

UNIDADE	ENDEREÇO
AV. ESPERANÇA	AV GOVERNADOR ROBERTO SANTOS, S/N
CSU	AVENIDA ANTONIO CARLOS MAGALHAES, 1100
CONQUISTA	AV. CRISPIM JORGE DIAS CARILO, S/N, CONQUISTA
EULLER	AV CENTRAL, S/N
HERVAL SOLEDADE	PRAÇA SÃO JOAO BATISTA, 15
IGUAPE	RUA MARIA LUIZA, S/N
SANTA DULCE / JOAQUIM SAMPAIO	AVENIDA PRINCESA ISABEL, S/N
MÁRIO ALVES	RODOVIA JORGE AMADO, S/N, BANCO DA VITÓRIA
OLIVENÇA	AVENIDA TANCREDO NEVES, S/N
SÃO MIGUEL	RUA LUIZ CASTRO NERY, S/N

SARAH	AVENIDA ANTONIO CARLOS MAGALHAES, 1100
HERNANI SÁ	AVENIDA SILVIO SILVA, S/N
BANCO DA VITÓRIA	RUA NAFITAL SOUZA, 50
ALTO DO COQUEIRO	RUA DA AMENDOEIRA, 235
BASÍLIO I	PRAÇA NOSSA SENHORA DE FATIMA, S/N
BASÍLIO II	PRAÇA NOSSA SENHORA DE FATIMA, S/N
CONQUISTA	RUA ÁGUA PRETA, 235
BARRA	AVENIDA UBAITABA, 2125
IGUAPE	RUA A, 146 – RUA DA LINHA
ILHÉUS II	RUA HENRIQUE CARDOSO, 1133
NOSSA SENHORA DA VITÓRIA I	RUA ARNOLDO NEVES, S/N
NOSSA SENHORA DA VITÓRIA II	RUA ARNOLDO NEVES, S/N
NOSSA SENHORA DA VITÓRIA III	RUA ARNOLDO NEVES, S/N
NELSON COSTA I	RUA LÍRIO, 298
SALOBRIHO I	PRAÇA SANTO ANTONIO, S/N
VILELA I	RUA NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO, 47
VILELA II	RUA SANTA LUZIA, 729
VILELA III	RUA AIRTON SENA, 235
VILELA IV	RUA PADRE JOAO BORGES, 235
UNIDADE PRONTO ATENDIMENTO – PA ZONA SUL	RUA DIACONISA GÓES, 780, SÃO FRANCISCO
UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO – UPA ESPERANÇA	AV. GOVERNADOR ROBERTO SANTOS, S/N, MALHADO
SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA – SAMU- 192	AV LITORÂNEA NORTE, 54, MALHADO
CASA DIABÉTICO, HIPERTENSO E IDOSO DE ILHÉUS – CADHI	AVENIDA OSVALDO CRUZ, 43, CIDADE NOVA
CENTRO MUNICIPAL HALIL MEDAUAR	AVENIDA VEREADOR MARCUS PAIVA, 291, CIDADE NOVA
CENTRO ESPECIALIZADO DE ODONTOLOGIA – CEO	AVENIDA LOTUS, 79, NELSON COSTA
NÚCLEO DE ATENÇÃO	AVENIDA ITABUNA, 872, CENTRO

ESPECIALIZADA – NAE	
PROGRAMA DE DOENÇA FALCIFORME DE ILHÉUS – PRODOFI	AVENIDA CANAVIEIRAS, 197-205, CIDADE NOVA
CLINICA MUNICIPAL DE ATENDIMENTO ESPECIALIZADO – CMAE	R AVENIDA CANAVIEIRAS, 197-205, CIDADE NOVA
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLOGICA	AV. MARCUS PAIVA, CIDADE NOVA
CEREST	PRAÇA DR. ANTONIO VIANA, N° 149, CIDADE NOVA
VIGILÂNCIA AMBIENTAL	AV. MARCUS PAIVA, CIDADE NOVA
TUBERCULOSE E HANSENÍASE	AV. CANAVIEIRAS, S/N
CTA	PRAÇA MISAEL TAVARES, CIDADE NOVA
FARMÁCIA	RUA ALMIRO VINHAIS, S/N, BOA VISTA, ILHÉUS-BA, CEP: 45652-110
POLICLÍNICA MUNICIPAL	AV. VER. MARCUS PAIVA, 291 - CIDADE NOVA
UBS MÁRIO ALVES	RODOVIA ILHÉUS – ITABUNA KM 4
CENTRO DE ZOONOSES	RODOVIA ILHÉUS/ITABUNA KM 00

Local e Data

_____, ____ de _____ de 20XX.

**Carimbo do CNPJ da
empresa e assinatura
do responsável**

Declaramos que os produtos e serviços ofertados estão estritamente de acordo com as características constantes do Anexo I – Especificações Técnicas/Proposta de Preço deste Edital.

Declaramos estar em dia com todas as obrigações trabalhistas e previdenciárias, conforme legislação vigente.

O prazo de eficácia desta proposta é de 60 dias, a partir da entrega do respectivo envelope, conforme art. 64, §3º da Lei de Licitações.

A eficácia suspensiva dos recursos hierárquicos que forem interpostos no curso da licitação estender-se-á ao prazo de convocação previsto no artigo 64 § 3º da Lei de Licitações.

_____, ____ de de _____

(Nome completo, assinatura do representante legal da empresa e carimbo da empresa)
(Identificação: RG N° xxxxxx, SSP/xxx e CPF N° xxxxxx)

ANEXO III – MINUTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº XXX/2026
PROCESSO Nº. 20094/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026SMS

Aos xx dias do mês xxxxxxxx de 2026, O **MUNICÍPIO DE ILHÉUS/BA**, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, que contrata por via do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ILHÉUS, inscrito no CNPJ: 08.663.203/0001-70, com sede na Rua Araújo Pinho, nº 07 – Bairro: Centro – neste Município, representado pela Secretária Municipal, Sr.^a SONILDA SANTANA DE MELLO, considerando o julgamento da licitação, Pregão Eletrônico nº 002/2026SMS, para REGISTRO DE PREÇOS, processo administrativo nº 20094/2025), RESOLVE registrar os preços da empresa XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, inscrita no CNPJ:XXXXXXXXXXXXXXXXX, localizada a XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, nº XXXXXX – Bairro: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, Cidade: XXXXXXXXXXXX, CEP: XXXXXXXXXXXX, representada pelo Sr XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, nacionalidade, estado civil, profissão, inscrito no CPF nº XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, RG XXXXXXXXXXXXXXXX SSP/BA, de acordo com a classificação por ela alcançada e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei 14.133/2021, e suas atualizações, e em conformidade com as disposições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 REGISTRO DE PREÇO PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, DEVIDAMENTE LICENCIADA, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS PERTENCENTES AOS GRUPOS A (RESÍDUOS COM A POSSÍVEL PRESENÇA DE AGENTES BIOLÓGICOS), B (RESÍDUOS QUÍMICOS, INCLUINDO LÂMPADAS, REVELADOR E FIXADOR DE RAIOS-X, PELÍCULAS DE RAIOS-X, PILHAS, BATERIAS, ETC.) E E (MATERIAIS PERFUROCORANTES), PROVENIENTES DAS UNIDADES DE SAÚDE GERIDAS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE ILHÉUS/BA, NOS TERMOS DA TABELA ABAIXO, CONFORME CONDIÇÕES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA, conforme condições e especificações constantes nesta Ata e discriminados no Processo Administrativo 20094/2025 nos anexos do edital PE xxx/2026 (SRP) e na proposta vencedora.

1.2 ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO:

1.2.1 Deverá ser observado o disposto no Anexo I do Edital - Termo de Referência.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS REGISTRADOS

2.1. A partir da publicação, ficam registrados os preços propostos pela **Compromitente**, devendo ser observada a ordem de classificação do Pregão Eletrônico nº. XXX/2026.

2.2. O valor da presente Ata de Registro de Preço é de R\$ xxxxxxxxxxxxxxxxx (xxxxxxxxxxxxxx).

2.3. A planilha contendo os registros de preços dos itens licitados estão no ANEXO I desta Ata de Registro de Preços.

2.4. Nos preços registrados estão inclusos impostos, taxas, transportes, fretes, seguros, contribuições e obrigações sociais, trabalhistas e previdenciárias, serviços e materiais necessários, encargos de qualquer natureza.

2.5. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis, ressalvado o disposto na Cláusula Sétima deste instrumento.

2.6. A existência de preços registrados não obrigará a Administração a dele se utilizar, facultada a realização de licitação específica ou a contratação direta para a aquisição pretendida nas hipóteses previstas na Lei.

2.7. Diante da necessidade de utilização do objeto, cujo preço aqui está registrado, o Município formulará o Termo Contratual ou outro instrumento hábil, no caso em tela a Autorização de Fornecimento, documento mediante o qual, exclusivamente, deverá o **COMPROMITENTE** promover a execução do objeto, sem prejuízo de outros que por força legal devam acompanhá-lo.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES E DAS ADESÕES

O órgão participante e gerenciador do presente Registro de Preços é a **Secretaria Municipal de Saúde de Ilhéus/BA**, não tendo partícipes.

3.1. A ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Direta ou Indireta e Autarquias do Município de Ilhéus, além de Estados e outros Municípios que não tenham participado do certame licitatório, observados os seguintes requisitos:

- I - apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
- II - demonstração da compatibilidade dos valores registrados com os valores praticados pelo mercado, na forma prevista no art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e;
- III - consulta e aceitação prévias do órgão gerenciador e do fornecedor.

- 3.1.1.** A autorização do órgão gerenciador apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
- 3.1.2.** O órgão gerenciador poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
- 3.2.** Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
- 3.2.1.** O prazo de que trata o item anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão gerenciador, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.
- 3.3.** O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 3.1.
- 3.4.** O quantitativo decorrente das adesões à Ata de Registro de Preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de Preços para o Órgão gerenciador e Órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.
- 3.5.** As aquisições ou as contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos ou as entidades participantes.
- 3.6.** O fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços deverá manter o preço registrado e garantir o quantitativo total registrado na Ata, durante o prazo de vigência da Ata.
- 3.7.** Obriga-se o COMPROMITENTE a manter-se durante toda a vigência desta ATA em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, como também todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA QUARTA – DA VALIDADE DA ATA

- 4.1.** O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 01 (um) ano, contado do primeiro dia útil subsequente a sua assinatura e com eficácia à data de publicação no Diário Oficial do Município, e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovado que o preço é vantajoso.
- 4.1.1.** No caso de prorrogação, os quantitativos serão renovados nas condições inicialmente previstas na ata.
- 4.1.2.** Se observado saldo remanescente superior a 40% (quarenta por cento) do quantitativo total da ata, somente será prorrogado seu prazo.
- 4.1.3.** A ata de registro de preços somente poderá ser prorrogada após 8 (oito) meses, contados do início de sua vigência.

CLÁUSULA QUINTA – DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA DO OBJETO

- 5.1.** A entrega do objeto licitado será de acordo com as necessidades do órgão solicitante, conforme especificado no Termo de Referência – Anexo I do Edital.
- 5.2.** O objeto deverá ser entregue em local, prazo e condições definidos no Termo de Referência - Anexo I do Edital.
- 5.3.** As condições de recebimento do objeto são aquelas dispostas no Termo de Referência - Anexo I do Edital.

6. CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

- 6.1.** As obrigações da Contratada e da Contratante são aquelas definidas no Termo de Referência - Anexo I do Edital.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS E DA NEGOCIAÇÃO DOS PREÇOS.

- 7.1.** É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela Ata de Registro de Preços, inclusive o acréscimo de que trata o art. 125 da Lei nº 14.133/2021.
- 7.2.** Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
- 7.2.1.** Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133/2021;
- 7.2.2.** Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados; ou
- 7.2.3.** Na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos do disposto na Lei nº 14.133/2021.
- 7.3.** Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
- 7.3.1.** Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
- 7.3.2.** Na hipótese prevista no subitem acima, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado.
- 7.3.3.** Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão gerenciador procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção de contratação mais vantajosa.
- 7.3.4.** Na hipótese de redução do preço registrado, o órgão gerenciador comunicará aos

órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços, para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual.

7.4. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não puder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.4.1. Para fins do disposto acima, o fornecedor encaminhará, juntamente ao pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.4.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão gerenciador e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo da aplicação das **sanções** previstas na Lei nº 14.133/2021, e na legislação aplicável.

7.4.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do disposto no subitem 7.4.2, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados.

7.4.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão gerenciador procederá ao cancelamento da ata de registro de preços e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.4.5. Na hipótese de comprovação do disposto nos itens 7.4 e 7.4.1, o órgão gerenciador atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.4.6. O órgão gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual.

7.5. É vedado ao compromitente interromper a entrega do objeto licitado enquanto aguarda o trâmite do processo de revisão de preços, estando, neste caso, sujeito às sanções previstas, salvo a hipótese de liberação do compromitente prevista nesta Ata.

7.6. Havendo qualquer alteração, o órgão gerenciador encaminhará cópia atualizada da Ata de Registro de Preços aos órgãos participantes, se houver.

CLÁUSULA OITAVA – DO REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ARP

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão gerenciador entre os órgãos participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão gerenciador que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para fins do remanejamento.

8.4. Competirá ao órgão gerenciador autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.5. Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

CLÁUSULA NONA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133/2021.

9.1.4.1. Na hipótese prevista no subitem acima, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, o órgão gerenciador poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas novas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.1.5. O cancelamento do registro nas hipóteses previstas no caput será formalizado por despacho do órgão gerenciador, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.1.6. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão gerenciador poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.2. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.2.1. Por razão de interesse público;

9.2.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.2.3. Se não houver êxito nas negociações, nos termos do disposto nos itens 7.3.3 e 7.3.4.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DO CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE.

10.1. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

10.2.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

- a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
- a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

10.2.2 Como condição para assinatura da Ata de Registro de Preços, o adjudicatário deverá apresentar todas as certidões fiscais e trabalhista.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO PAGAMENTO

11.1. O pagamento será efetuado em até 10 (dez) dias, contados da apresentação da Nota Fiscal correspondente à aquisição do objeto, devidamente aceita e atestada pelo órgão competente, pelo preço da proposta adjudicada e homologada.

11.2. Na respectiva nota fiscal deverão constar, para compor o processo de prestação de contas, as informações referentes à origem dos recursos que financiam a contratação referente ao objeto deste edital, as quais estarão disponíveis na nota de empenho.

11.2.1. Ocorrendo erros na apresentação do(s) documento(s) fiscal(is), o(s) mesmo(s) será(ão) devolvido(s) à adjudicatária para correção, ficando estabelecido que o prazo para pagamento será contado a partir da data de apresentação da nova fatura, devidamente corrigida.

11.3. O pagamento somente será efetuado mediante a comprovação de regularidade perante:

- a) Fazenda Federal, relativos a Tributos Federais, Dívida Ativa da União e Previdenciários;
- b) Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), através da apresentação do CRF – Certificado de Regularidade do FGTS;
- c) Fazenda Estadual;
- d) Fazenda Municipal da sede do fornecedor;
- e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- f) Prova de situação regular perante a Justiça do Trabalho, conforme Lei nº 12.440/2011;
- g) Prova de situação regular perante o Instituto Nacional da Seguridade Social – INSS, através da apresentação da CND – Certidão Negativa de Débitos.

11.4. Da nota fiscal/fatura deverá constar, além dos preços da proposta aceita o número do contrato, o objeto, os valores unitário e total e o número do processo que deu origem à aquisição.

11.5. A Nota Fiscal deverá conter o mesmo CNPJ e razão social do contratado e

acolhidos nos documentos de habilitação.

11.6. Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

11.7. A critério da Contratante, poderão ser utilizados os créditos existentes em favor da Contratada para compensar quaisquer possíveis despesas resultantes de multas, indenizações, inadimplências contratuais e/ou outras de responsabilidade desta última.

11.8. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, creditada na conta-corrente da Contratada.

11.9. O pagamento da despesa só será efetuado quando ordenado após sua regular liquidação, e esta por sua vez, depois do recebimento definitivo do objeto, estando vedada qualquer antecipação de pagamento sem o cumprimento das condições estabelecidas neste edital.

11.10. Não será permitido pagamento antecipado, parcial ou total, relativo a parcelas contratuais vinculadas ao fornecimento de bens, à execução de obras ou à prestação de serviços.

11.10.1. A antecipação de pagamento somente será permitida se propiciar sensível economia de recursos ou se representar condição indispensável para a obtenção do bem ou para a prestação do serviço, hipótese que deverá ser previamente justificada no processo licitatório e expressamente prevista no edital de licitação ou instrumento formal de contratação direta.

11.10.2. A Administração poderá exigir a prestação de garantia adicional como condição para o pagamento antecipado.

11.10.3. Caso o objeto não seja executado no prazo contratual, o valor antecipado deverá ser devolvido.

11.11. A Secretaria de Saúde de Ilhéus/BA poderá deduzir dos pagamentos importâncias que porventura, a qualquer título, lhe forem devidas pelo **FORNECEDOR** em decorrência de inadimplemento das obrigações assumidas.

11.12. Nenhum pagamento será efetuado à **Contratada** enquanto perdurar qualquer pendência de liquidação, ou obrigação que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplemento contratual.

11.13. É expressamente vedado ao **FORNECEDOR** a cobrança ou desconto de duplicatas através de rede bancária ou de terceiros.

11.14. De acordo com a Portaria Municipal nº 465/05, Artigo 1º, §§ 1º e 2º, o CNPJ ou CPF constante do respectivo processo e o CNPJ ou CPF da conta bancária deverão ser coincidentes. Não serão efetuados créditos em contas:

- de empresas associadas;
- de matriz para filial;
- de filial para matriz;

- de sócio;
- de representante;
- de procurador, sob qualquer condição.

11.15. Para emissão da Nota Fiscal deverão ser considerados os seguintes dados do tomador: **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ILHÉUS, inscrito no CNPJ: 08.663.203/0001-70 , com sede na Rua Araújo Pinho, nº 07 – Bairro: Centro**

11.16. Ocorrendo atraso no pagamento e desde que não tenha sido o fornecedor quem lhe deu causa, poderá, a requerimento deste, ser lhe compensada a mora por meio da aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP. Em que:

EM = encargos moratórios;

N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = valor da parcela a ser paga;

I = 0,0001644 (índice de compensação financeira por dia de atraso, assim apurado I = (6/100) / 365).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

12.1. A Administração promoverá o acompanhamento e fiscalização da entrega do material, sob os aspectos quantitativos e qualitativos.

12.2. A Secretaria requisitante indicará, formalmente, um servidor como responsável pelo recebimento do produto e/ou pela fiscalização do contrato, o qual deverá atestar a nota, sem o qual não será permitido qualquer pagamento.

12.3. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133/2021.

12.4. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como no nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. O fornecedor deverá observar rigorosamente as condições estabelecidas no Edital, sujeitando-se às sanções constantes no art. 155 da Lei nº 14.133/2021.

13.2. O contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

13.2.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;

13.2.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

13.2.3. Dar causa à inexecução total do contrato;

13.2.4. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

13.3. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

a) advertência;

b) multa;

c) impedimento de licitar e contratar;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

13.4. Na aplicação das sanções serão considerados:

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para a Administração Pública;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.5. As sanções serão aplicadas nos termos do art. 156 e seus parágrafos, da Lei nº 14.133/2021.

13.6 A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

13.6.1 Para as infrações previstas nos itens 21.1.1, 21.1.2 e 21.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

13.6.2 Para as infrações previstas nos itens 21.1.4, 21.1.5, 21.1.6, 21.1.7 e 21.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

13.6.3 As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

13.6.4 Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

13.7 O valor da multa poderá ser descontado da Nota Fiscal ou de crédito existente na Administração Municipal, em favor da Contratada, sendo que, caso o valor da multa seja superior ao crédito existente, a diferença será cobrada na forma da lei.

13.7.1 Caso haja garantia prestada, o valor da multa aplicada será descontado desta.

13.7.2 Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a licitante ou contratada pela sua diferença, devidamente atualizada pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA/IBGE) ou equivalente, a partir do termo inicial, até a data do efetivo recolhimento, ao qual será descontada dos pagamentos devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

13.7.3 Não será aplicada multa se, **justificada e comprovadamente**, o atraso na execução do objeto advier de caso fortuito ou de força maior.

13.8 As sanções administrativas somente serão aplicadas pela Administração após a devida notificação e o transcurso do prazo estabelecido para a defesa prévia.

13.9 A notificação ocorrerá por correspondência com aviso de recebimento ou e-mail, onde será indicada a conduta considerada irregular, a motivação e a espécie de sanção administrativa que se pretende aplicar, o prazo e o local de entrega das razões de defesa.

13.9.1 O prazo para apresentação de defesa prévia será de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da intimação.

13.9.2 O desatendimento à notificação importa o reconhecimento da veracidade dos fatos a preclusão do direito pelo licitante, implicando na imediata aplicação da sanção prevista em lei e no Edital.

13.9.3 As respostas às defesas e aos recursos apresentados pelas empresas serão devidamente respondidas pelos servidores designados pela Secretaria pertencente o contrato, que contarão com auxílio jurídico da Procuradoria-Geral do Município no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis.

13.10 Em qualquer hipótese de aplicação de sanções serão assegurados à licitante vencedora/contratada o contraditório e a ampla defesa, que poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Integram a presente Ata de Registro de Preços, independentemente de transcrição, o Termo de Referência e a proposta da compromitente.

14.2. Nos casos omissos aplicar-se-ão as disposições constantes da Lei nº 14.133/2021, subsidiariamente e demais legislações pertinentes à matéria.

14.3. Fica eleito o Foro da Comarca de Ilhéus, Vara dos Feitos da Fazenda Pública Municipal, para dirimir quaisquer dúvidas, porventura oriunda da presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**.

14.4. E por estarem de pleno e comum acordo com as disposições contidas na Ata, assinam a presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma (assinatura física) e, no caso de utilização de assinatura digital qualificada, será somente 01 (uma) via, para que surta um só efeito.

Ilhéus, BA, XX de XXXX de 2026.

**SECRETARIA DE SAÚDE DE
ILHÉUS
CONTRATANTE**

**XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
CONTRATADA**

Testemunhas:

1) _____
CPF

2) _____
CPF

**ANEXO IV – MINUTA DE CONTRATO Nº XXX/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 20094/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 002/2026SMS**

Termo de Contrato de Prestação de
Serviços que entre si fazem o **FUNDO
MUNICIPAL DE SAÚDE** e a Empresa
XXXXXXXXXXXX

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ILHÉUS, com sede na Rua Araújo Pinho, nº 07, Centro, CEP: 45.653-145, na cidade de Ilhéus, Estado da Bahia inscrito(a) no CNPJ sob o nº 08.663.203/0001-70, neste ato representado(a) pelo Secretária Municipal de Saúde Sra. Sonilda Santana de Mello, nomeado pelo Decreto 016/2025, publicado no *Diário Oficial do Município* de 01 de janeiro de 2025, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) XXXXXXXXXXXXX, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº XXXXXXXXXXXX, sediado(a) na XXXXXXXXXXXXXXXX, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por XXXXXXXXXXXXX (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa **OU** procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº 20094/2025 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão Eletrônico nº 002/2026SMS** Edital nº 002/2026SMS e Processo Administrativo 20094/2025, Tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, que se regerá pelas suas normas, pela Lei nº 14.133 de 01 de abril de 2021 e pelas demais disposições pertinentes.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Este Contrato tem como objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, DEVIDAMENTE LICENCIADA, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS PERTENCENTES AOS GRUPOS A (RESÍDUOS COM A POSSÍVEL PRESENÇA DE AGENTES BIOLÓGICOS), B (RESÍDUOS QUÍMICOS, INCLUINDO LÂMPADAS, REVELADOR E FIXADOR DE RAIOS-X, PELÍCULAS DE RAIOS-X, PILHAS, BATERIAS, ETC..) E E (MATERIAIS PERFUROCORANTES),

PROVENIENTES DAS UNIDADES DE SAÚDE GERIDAS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE ILHÉUS/BA.

1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.2.1. O Termo de Referência;
- 1.2.2. O Edital da Licitação;
- 1.2.3. A Proposta do contratado;
- 1.2.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. A execução do objeto ocorrerá durante toda a vigência contrato, tendo início a data de sua assinatura, podendo ocorrer a prorrogação do prazo do contratual, caso se cumpra os requisitos do artigo 107, da Lei nº 14.133/2021.

2.1.1. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

CLÁUSULA TERCEIRA – REGIME DE EXECUÇÃO, LOCAL E DA FORMA DO FORNECIMENTO

3.1. Os serviços serão prestados mediante prévio agendamento e serão realizadas exclusivamente nas Unidades de Saúde, e departamentos vinculados a Secretaria de Saúde de Ilhéus/BA, durante o horário de 8:00h às 12:00h e 14:00 às 16:00h, de forma parcelada.

3.2. As unidades que necessitam da prestação do serviço objeto deste certame são:

UNIDADE	ENDEREÇO
AV. ESPERANÇA	AV GOVERNADOR ROBERTO SANTOS, S/N
CSU	AVENIDA ANTONIO CARLOS MAGALHAES, 1100
CONQUISTA	AV. CRISPIM JORGE DIAS CARILO, S/N, CONQUISTA
EULLER	AV CENTRAL, S/N
HERVAL SOLEDADE	PRAÇA SÃO JOAO BATISTA, 15
IGUAPE	RUA MARIA LUIZA, S/N
SANTA DULCE / JOAQUIM SAMPAIO	AVENIDA PRINCESA ISABEL, S/N
MÁRIO ALVES	RODOVIA JORGE AMADO, S/N, BANCO DA VITÓRIA
OLIVENÇA	AVENIDA TANCREDO NEVES, S/N
SÃO MIGUEL	RUA LUIZ CASTRO NERY, S/N

SARAH	AVENIDA ANTONIO CARLOS MAGALHAES, 1100
HERNANI SÁ	AVENIDA SILVIO SILVA, S/N
BANCO DA VITÓRIA	RUA NAFITAL SOUZA, 50
ALTO DO COQUEIRO	RUA DA AMENDOEIRA, 235
BASÍLIO I	PRAÇA NOSSA SENHORA DE FATIMA, S/N
BASÍLIO II	PRAÇA NOSSA SENHORA DE FATIMA, S/N
CONQUISTA	RUA ÁGUA PRETA, 235
BARRA	AVENIDA UBAITABA, 2125
IGUAPE	RUA A, 146 – RUA DA LINHA
ILHÉUS II	RUA HENRIQUE CARDOSO, 1133
NOSSA SENHORA DA VITÓRIA I	RUA ARNOLDO NEVES, S/N
NOSSA SENHORA DA VITÓRIA II	RUA ARNOLDO NEVES, S/N
NOSSA SENHORA DA VITÓRIA III	RUA ARNOLDO NEVES, S/N
NELSON COSTA I	RUA LÍRIO, 298
SALOBRIHO I	PRAÇA SANTO ANTONIO, S/N
VILELA I	RUA NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO, 47
VILELA II	RUA SANTA LUZIA, 729
VILELA III	RUA AIRTON SENA, 235
VILELA IV	RUA PADRE JOAO BORGES, 235
UNIDADE PRONTO ATENDIMENTO – PA ZONA SUL	RUA DIACONISA GÓES, 780, SÃO FRANCISCO
UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO – UPA ESPERANÇA	AV. GOVERNADOR ROBERTO SANTOS, S/N, MALHADO
SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA – SAMU- 192	AV LITORÂNEA NORTE, 54, MALHADO
CASA DIABÉTICO, HIPERTENSO E IDOSO DE ILHÉUS – CADHI	AVENIDA OSVALDO CRUZ, 43, CIDADE NOVA
CENTRO MUNICIPAL HALIL MEDAUAR	AVENIDA VEREADOR MARCUS PAIVA, 291, CIDADE NOVA
CENTRO ESPECIALIZADO DE ODONTOLOGIA – CEO	AVENIDA LOTUS, 79, NELSON COSTA
NÚCLEO DE ATENÇÃO	AVENIDA ITABUNA, 872, CENTRO

ESPECIALIZADA – NAE	
PROGRAMA DE DOENÇA FALCIFORME DE ILHÉUS – PRODOFI	AVENIDA CANAVIEIRAS, 197-205, CIDADE NOVA
CLINICA MUNICIPAL DE ATENDIMENTO ESPECIALIZADO – CMAE	R AVENIDA CANAVIEIRAS, 197-205, CIDADE NOVA
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLOGICA	AV. MARCUS PAIVA, CIDADE NOVA
CEREST	PRAÇA DR. ANTONIO VIANA, N° 149, CIDADE NOVA
VIGILÂNCIA AMBIENTAL	AV. MARCUS PAIVA, CIDADE NOVA
TUBERCULOSE E HANSENÍASE	AV. CANAVIEIRAS, S/N
CTA	PRAÇA MISAEL TAVARES, CIDADE NOVA
FARMÁCIA	RUA ALMIRO VINHAIS, S/N, BOA VISTA, ILHÉUS-BA, CEP: 45652-110
POLICLÍNICA MUNICIPAL	AV. VER. MARCUS PAIVA, 291 - CIDADE NOVA
UBS MÁRIO ALVES	RODOVIA ILHÉUS – ITABUNA KM 4
CENTRO DE ZOONOSES	RODOVIA ILHÉUS/ITABUNA KM 00

3.3. A frequência de coleta será definida de acordo com as necessidades específicas de cada Departamento ou Setor gerador, respeitando os quantitativos previstos nas planilhas encaminhadas pelos setores solicitantes e anexadas ao processo, sendo que essa periodicidade poderá variar conforme o volume, classificação e sensibilidade dos resíduos produzidos, assegurando a manutenção das condições adequadas de armazenamento e a prevenção de riscos sanitários e ambientais.

3.4. Durante a vigência do contrato poderão ser realizadas solicitações conforme necessidade da Administração;

3.5. Os materiais, equipamentos e mão de obra necessária para todo o processo de coleta, transporte, tratamento (incineração) e destinação final dos resíduos deverão ser disponibilizados pela CONTRATADA, de acordo com as norma e disposições legais vigentes, em foco, normas voltadas a regulamentar o objeto deste contrato: A Resolução RDC nº 306, DE 7 de dezembro de 2004, a qual dispõe sobre o Regulamento Técnico para o gerenciamento de resíduos de serviços de saúde; Deve estar ainda, em conformidade com o Decreto nº 10.936 de 12 de janeiro de 2022, o qual regulamenta a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; O supracitado Decreto impacta as empresas do ramo em alguns pontos, são eles, por exemplo:

a) O Programa Nacional de Logística Reversa, integrado ao Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão dos Resíduos Sólidos – SINIR e ao Plano Nacional de Resíduos Sólidos – Planares (Art. 12º), de modo a assegurar melhor rastreabilidade dos resíduos;

b) A obrigatoriedade da recuperação energética (observada à ordem de prioridade da Política Nacional de Resíduos Sólidos) para os resíduos perigosos que apresentem características de inflamabilidade (listados no §1º do Art. 72), quando houver instalações devidamente licenciadas para tal a até cento e cinquenta quilômetros de distância da fonte de geração dos resíduos (Art. 72, inciso I) e, preferencialmente, quando as condições forem diferentes. Porém, também dispõe que o transporte para as instalações de recuperação energética pode não se aplicar, se assim for considerado pelo órgão ambiental competente;

c) Especifica no inciso II, do Art. 86º, as atividades relacionadas à gestão e ao gerenciamento dos resíduos sólidos, as quais as instituições financeiras poderão criar linhas especiais de financiamento, são elas: triagem mecanizada; reutilização; reciclagem; compostagem; recuperação e aproveitamento energético; tratamento de resíduos e disposição final ambientalmente adequada de rejeitos; e atividades de inovação e desenvolvimento; projetos de investimentos em gestão e gerenciamento de resíduos sólidos. Além disso, o mesmo se aplica para a recuperação de áreas contaminadas por atividades relacionadas à disposição inadequada de resíduos sólidos (Inciso IV, Art. 86);

• ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO OBJETO:

a) **MANEJO:** O manejo dos RSS é entendido como a ação de gerenciar os resíduos em seus aspectos intra e extra estabelecimento, desde a geração até a disposição final, incluindo as seguintes etapas:

b) **SEGREGAÇÃO** - Consiste na separação dos resíduos no momento e local de sua geração, de acordo com as características físicas, químicas, biológicas, o seu estado físico e os riscos envolvidos.

c) **ACONDICIONAMENTO** - Consiste no ato de embalar os resíduos segregados, em sacos ou recipientes que evitem vazamentos e resistam às ações de punctura e ruptura. A capacidade dos recipientes de acondicionamento deve ser compatível com a geração diária de cada tipo de resíduo.

c.1. Os resíduos sólidos devem ser acondicionados em saco constituído de material resistente a ruptura e vazamento, impermeável, baseado na NBR 9191/2000 da ABNT, respeitados os limites de peso de cada saco.

c.2. Os sacos devem estar contidos em recipientes de material lavável, resistente à punctura, ruptura e vazamento, com tampa provida de sistema de abertura sem contato manual, com cantos arredondados e ser resistente ao tombamento.

c.3 Os recipientes de acondicionamento existentes nas salas de cirurgia não necessitam de tampa para vedação.

c.4. Os resíduos líquidos devem ser acondicionados em recipientes constituídos de material compatível com o líquido armazenado, resistentes, rígidos e estanques, com tampa rosqueada e vedante.

d) IDENTIFICAÇÃO - Consiste no conjunto de medidas que permite o reconhecimento dos resíduos contidos nos sacos e recipientes, fornecendo informações ao correto manejo dos RSS.

e) TRANSPORTE INTERNO - Consiste no traslado dos resíduos dos pontos de geração até local destinado ao armazenamento temporário ou armazenamento externo com a finalidade de apresentação para a coleta.

e.1. A Contratada será responsável pela escolha dos produtos e equipamentos e melhor maneira de aplicação, desde que comprovadamente eficazes e aprovados pelos órgãos reguladores, como a Agência de Vigilância Sanitária - ANVISA e o INMETRO;

f) ARMAZENAMENTO TEMPORÁRIO - Consiste na guarda temporária dos recipientes contendo os resíduos já acondicionados, em local próximo aos pontos de geração, visando agilizar a coleta dentro do estabelecimento e otimizar o deslocamento entre os pontos geradores e o ponto destinado à apresentação para coleta externa. Não poderá ser feito armazenamento temporário com disposição direta dos sacos sobre o piso, sendo obrigatória a conservação dos sacos em recipientes de acondicionamento.

f.1. O armazenamento temporário poderá ser dispensado nos casos em que a distância entre o ponto de geração e o armazenamento externo justifique.

g) TRATAMENTO - Consiste na aplicação de método, técnica ou processo que modifique as características dos riscos inerentes aos resíduos, reduzindo ou eliminando o risco de contaminação, de acidentes ocupacionais ou de dano ao meio ambiente. O tratamento pode ser aplicado no próprio estabelecimento gerador ou em outro estabelecimento, observadas nestes casos, as condições de segurança para o transporte entre o estabelecimento gerador e o local do tratamento. Os sistemas para tratamento de resíduos de serviços de saúde devem ser objeto de licenciamento ambiental, de acordo com a Resolução CONAMA nº. 237/1997 e 358/05 e são passíveis de fiscalização e de controle pelos órgãos de vigilância sanitária e de meio ambiente.

h) ARMAZENAMENTO EXTERNO - Consiste na guarda dos recipientes de resíduos até a realização da etapa de coleta externa, em ambiente exclusivo com acesso facilitado para os veículos coletores.

h.1. No armazenamento externo não é permitida a manutenção dos sacos de resíduos fora dos recipientes ali estacionados.

i) COLETA E TRANSPORTE EXTERNOS - Consistem na remoção dos RSS do abrigo de resíduos (armazenamento externo) até a unidade de tratamento ou disposição final, utilizando-se técnicas que garantam a preservação das condições de acondicionamento e a integridade dos trabalhadores, da população e do meio ambiente, devendo estar de acordo com as orientações dos órgãos de limpeza urbana.

i.1. A coleta e transporte externos dos resíduos de serviços de saúde devem ser realizados de acordo com as normas NBR 7.500, NBR 7.501, NBR 12.810 e NBR 14.652, todas da ABNT.

i.1.1. Conforme dispõe a NBR 12.810: A empresa responsável pela coleta externa dos resíduos de serviços de saúde deve possuir um serviço de apoio que proporcione aos seus funcionários as seguintes condições: higienização e manutenção dos veículos; lavagem e desinfecção dos EPI (Equipamento de proteção individual); higiene corporal;

i.1.2. Do contêiner: A empresa responsável pela coleta externa dos resíduos de serviços de saúde deve, imediatamente, realizar a limpeza e desinfecção simultânea após o esvaziamento do contêiner;

i.1.3. Do veículo coletor: A empresa responsável pela coleta externa dos resíduos de serviços de saúde deve, ao final de cada turno de trabalho, realizar limpeza e desinfecção simultânea – utilizando jato de água, preferencialmente quente e sob pressão – do veículo coletor.

j) DISPOSIÇÃO FINAL - Consiste na disposição de resíduos no solo, previamente preparado para recebê-los, obedecendo a critérios técnicos de construção e operação, e com licenciamento ambiental de acordo com a Resolução nº 237/97 e 358/05 ambas do CONAMA;

• **SEGURANÇA OCUPACIONAL:**

a) O pessoal envolvido diretamente com os processos de higienização, coleta, transporte, tratamento, e armazenamento de resíduos, deve ser submetido a exame médico admissional, periódico, de retorno ao trabalho, de mudança de função e demissional, conforme estabelecido no PCMSO da Portaria 3214 do MTE ou em legislação específica para o serviço público.

b) Os trabalhadores devem ser imunizados em conformidade com o Programa Nacional de Imunização-PNI, devendo ser obedecido o calendário previsto neste programa ou naquele adotado pelo estabelecimento.

c) Os trabalhadores imunizados devem realizar controle laboratorial sorológico para avaliação da resposta imunológica.

d) Os exames a que se refere o item anterior devem ser realizados de acordo com as Normas Reguladoras - NRs do Ministério do Trabalho e Emprego.

e) O pessoal envolvido diretamente com o gerenciamento de resíduos deve ser capacitado na ocasião de sua admissão e mantido sob educação continuada para as atividades de manejo de resíduos, incluindo a sua responsabilidade com higiene pessoal, dos materiais e dos ambientes.

f) A capacitação deve abordar a importância da utilização correta de equipamentos de proteção individual -uniforme, luvas, avental impermeável, máscara, botas e óculos de segurança específicos a cada atividade, bem como a necessidade de mantê-los em perfeita higiene e estado de conservação.

g) Todos os profissionais que trabalham no serviço, mesmo os que atuam temporariamente ou não estejam diretamente envolvidos nas atividades de gerenciamento de resíduos, devem conhecer o sistema adotado para o

gerenciamento de RSS, a prática de segregação de resíduos, reconhecer os símbolos, expressões, padrões de cores adotados.

3.6. Dependendo do grupo de resíduos há tratamento específico recomendado, de acordo com a RDC nº 222/18 da ANVISA, os quais seguem abaixo elencados:

4.6.1. Grupo A:

Resíduos do grupo A1 - Devem ser submetidos a tratamento, utilizando processos que vierem a ser validados para a obtenção de redução ou eliminação da carga microbiana, em equipamento compatível com Nível III de inativação microbiana.

4.6.1.1. Resíduos do grupo A2 - Devem ser tratados antes da disposição final ambientalmente adequada. Os RSS do Subgrupo A2 contendo microrganismos com alto risco de transmissibilidade, alto potencial de letalidade ou que representem risco caso sejam disseminados no meio ambiente, devem ser submetidos, na unidade geradora, a tratamento que atenda ao Nível III de Inativação Microbiana.

4.6.1. 2. Resíduos do grupo A3 - Devem ser destinados para sepultamento, cremação, incineração ou outra destinação licenciada pelo órgão ambiental competente. Quando forem encaminhados para incineração, os RSS devem ser acondicionados em sacos vermelhos e identificados com a inscrição "PEÇAS ANATÔMICAS".

4.6.1.3. Resíduos do grupo A4 – Não necessitam de tratamento prévio. Devem ser acondicionados em saco branco leitoso e encaminhados para a disposição final ambientalmente adequada.

4.6.1.4. Resíduos do grupo A5 - Devem ser encaminhados para tratamento por incineração. Devem ser segregados e acondicionados em saco vermelho duplo, como barreira de proteção, e contidos em recipiente exclusivo devidamente identificado.

4.6.2. Grupo B :

Resíduos químicos do grupo B - deve observar a periculosidade das substâncias presentes, decorrentes das características de inflamabilidade, corrosividade, reatividade e toxicidade. No estado sólido e com características de periculosidade, sempre que considerados rejeitos, devem ser dispostos em aterro de resíduos perigosos - Classe I com características de periculosidade, no estado líquido, devem ser submetidos a tratamento antes da disposição final ambientalmente adequada.

4.6.2.1. Os resíduos de medicamentos contendo produtos hormonais e produtos antimicrobianos; citostáticos; antineoplásicos; imunossupressores; digitálicos, imunomoduladores; anti-retrovirais, quando descartados por serviços assistenciais de saúde, farmácias, drogarias e distribuidores de medicamentos ou apreendidos, devem ser submetidos a tratamento ou dispostos em aterro de resíduos perigosos - Classe I.

4.6.3. Grupo E :

Os materiais perfurocortantes devem ser descartados em recipientes identificados, rígidos, providos com tampa, resistentes à punctura, ruptura e vazamento. Quando contaminados por agentes biológicos, químicos e substâncias radioativas, devem ter seu manejo de acordo com cada classe de risco associada. As seringas e agulhas, inclusive as usadas na coleta laboratorial de amostra de doadores e de pacientes, e os demais materiais perfurocortantes que não apresentem risco químico, biológico ou radiológico não necessitam de tratamento prévio à disposição final ambientalmente adequada.

3.7. Todos os funcionários da contratada deverão estar devidamente fardados e identificados como funcionários da empresa, bem como em posse de todos os EPIs e EPCs necessários.

3.8. Os funcionários deverão primeiramente se reportar à fiscalização da Contratante antes do início dos serviços, confirmando quais serviços serão prestados na respectiva visita.

CLÁUSULA QUARTA – MODELO DE GESTÃO CONTRATUAL

4.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

4.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

4.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

4.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

4.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver e das sanções aplicáveis, dentre outros.

4.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato e respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)):

Fiscal de Contrato (Servidor)	Lotação
Fiscal de Contrato (Substituto)	Lotação

4.7. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

4.8. O fiscal do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

4.9. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

4.10. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

4.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

4.12. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

4.13. O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

4.14. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

4.15. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

4.16. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

4.17. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelo fiscal do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas

adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

4.18. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

4.19. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

CLÁUSULA QUINTA – SUBCONTRATAÇÃO

5.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato.

CLÁUSULA SEXTA - PREÇO

6.1. O valor total da contratação é de R\$..... (.....)

6.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SÉTIMA – CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

7.2. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado, respeitada a ordem cronológica prevista no artigo 142 da 14.133/21.

7.3. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o Órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

7.4. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei 14.133/2021.

7.5. O pagamento somente será efetuado após o “atesto”, pelo servidor competente, da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada, acompanhada das Certidões Negativas de Débitos Previdenciários, Trabalhistas, FGTS, Fazendas Federal, Estadual e Municipal.

7.6. O “atesto” fica condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada e do regular cumprimento das obrigações assumidas.

7.7. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

7.8. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, nos termos da Instrução Normativa nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, da Secretaria da Receita Federal do Brasil.

7.9. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, instituído pelo artigo 12 da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção quanto aos impostos e contribuições abrangidos pelo referido regime, em relação às suas receitas próprias, desde que, a cada pagamento, apresente a declaração de que trata o artigo 6º da Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012.

7.10. O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de Crédito, mediante depósito em conta-corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pela Contratada, ou por outro meio previsto na legislação vigente.

7.11. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.12. A Contratante não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela Contratada, que porventura não tenha sido acordada no contrato.

7.13. DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

7.13.1. A CONTRATADA obriga-se a aceitar, nas mesmas condições estabelecidas, os acréscimos e/ou supressões que se fizeram necessários, nos serviços em até 25 % (vinte e cinco por cento) do valor inicial contratado atualizado.

7.13.2. As supressões e/ou acréscimos referenciados somente serão considerados válidos quando formalizados em aditamento contratual.

CLÁUSULA OITAVA- DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Gestão/Unidade: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

Projeto De Atividade: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

Elemento De Despesas: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

Fonte De Recursos: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Gestão/Unidade: XXXXXXXXXXXXXXXX

Projeto De Atividade: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Elemento De Despesas: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Fonte De Recursos:XXXXXXXXXXXXX

CLÁUSULA NONA – DO REAJUSTE DE PREÇO

9.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

9.2. Eventualmente, os preços referentes aos objetos contratados poderão ser reajustados se ultrapassado um ano da data do orçamento estimado, para manutenção das suas condições efetivas, com base no IPCA (IBGE), com fulcro no art. 37, XXI, da Constituição Federal.

9.2.1. O reajuste de preços deverá ser requerido do contratado, sob pena de preclusão.

9.3. Havendo comprovado desequilíbrio contratual, caberá revisão de preço pactuado, para mais ou para menos, nos termos fixados na Lei nº 14.133/2021.

9.4. No caso de desequilíbrio contratual, cabe à parte que alega demonstrar concreta e objetivamente o quantum do impacto negativo na economia contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

10.1. A CONTRATANTE obriga-se a:

10.1.1. Atuar de forma que facilite para que a CONTRATADA possa executar a contratação, dentro das normas exigidas nesse TR.

10.1.2. Rejeitar no todo ou em parte, os serviços executados em desacordo com as exigências deste Termo de Referência e seus anexos;

10.1.3. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;

10.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado e notificar por escrito, à

CONTRATADA, em caso de ocorrência de eventuais imperfeições no curso de execução dos serviços, fixando prazo para sua correção;

10.1.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e na forma estabelecidos nesse termo;

10.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

10.3. Emitir a Nota de Empenho, com todas as informações necessárias, em favor da CONTRATADA.

10.4. Responsabilizar-se pela lavratura do respectivo contrato, com base nas disposições estabelecidas neste Termo de Referência.

10.5. Assegurar os recursos orçamentários e financeiros para custear a execução contratual.

10.6. Encaminhar à CONTRATADA a Ordem de Fornecimento com todas as informações necessárias para a entrega dos produtos. Esta não poderá fornecê-los, em nenhuma hipótese, antes de receber tal documento.

10.7. Acompanhar, controlar e avaliar a entrega do produto, através da unidade responsável por esta atribuição.

10.8. Notificar a contratada, imediatamente, sobre faltas e defeitos observados na execução do Contrato.

10.9. Prestar à CONTRATADA, em tempo hábil, as informações eventualmente necessárias à fiel execução contratual.

10.10. Atestar as notas fiscais correspondentes à prestação do serviço, por intermédio do servidor responsável pela fiscalização e único interlocutor para os fins previstos no futuro contrato.

10.11. Efetuar, em favor da empresa CONTRATADA o pagamento, nas condições estabelecidas no respectivo contrato.

10.12. Designar fiscal responsável pela execução dos serviços objeto do Termo de Referência, controlando e fiscalizando os trabalhos dentro da amplitude necessária à salvaguarda de seus interesses, anotando em registro próprio, todas as ocorrências verificadas.

10.13. Assegurar o acesso dos empregados da Contratada às suas dependências, aos locais de realização do objeto, quando a hipótese assim exigir, desde que previamente informado.

10.14. Analisar e auditar as contas apresentadas.

10.15. Efetuar o pagamento na forma convencionada, dentro do prazo previsto, desde que atendidas às formalidades previstas.

10.16. O contratado autoriza desde já o acesso às suas instalações para os profissionais indicados pela Secretaria Municipal de Saúde, com a finalidade de exercerem atividades de auditoria, sem restrição e sem comunicação prévia.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

11.1. A CONTRATADA obriga-se a:

11.1.1. A CONTRATADA deverá informar por escrito os dados de identificação do(s) preposto(s) antes do início das atividades objeto deste contrato, para representá-la administrativamente sempre que necessário, indicando-se o nome, telefone e email, a quem o fiscal do contrato deverá se reportar para resolução de eventuais pendências;

11.1.2. A CONTRATADA deverá prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

11.1.3. A CONTRATADA deverá recolher os resíduos infectantes do serviço de saúde que tem como característica a maior virulência, infectividade e concentração de patógenos, que apresenta risco potencial adicional à saúde pública, conforme grupos acima especificados, logo, deverão seguir todos os protocolos de segurança aplicáveis;

11.1.3.1. A empresa contratada deverá emitir o Manifesto de Transporte de Resíduos (MTR) contendo os dados do gerador, pesos e classificação dos resíduos

por categoria, informações da empresa transportadora e do local de disposição final. O preenchimento deverá ser no ato da pesagem e será acompanhado por um servidor da unidade;

11.1.4. A CONTRATADA tem a obrigação de manter os veículos em bom estado, realizar a manutenção preventiva e corretiva que se julgue necessária para o bom funcionamento, e prevenção de potenciais acidentes;

11.1.5. A CONTRATADA deverá, durante a execução das atividades pertinentes ao objeto, acondicionar os resíduos de serviços de saúde, atendendo às exigências legais dispostas no termo de referência, referentes ao meio ambiente, à saúde, à limpeza urbana e às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.

11.1.6. CONTRATADA deverá ser responsável em separar e acondicionar os resíduos de serviços de saúde, de acordo com suas características físicas, químicas, biológicas e classificação, em sacos e/ou recipientes impermeáveis, resistentes a ruptura e vazamentos, contendo identificação do conteúdo;

11.1.7. A CONTRATADA deverá fornecer, em regime de comodato, as bombonas necessárias para realização do serviço contratado;

11.1.8. A CONTRATADA deverá proceder ao serviço de destino final (tratamento) dos resíduos coletados;

11.1.9. A CONTRATADA deverá adotar as medidas necessárias à proteção ambiental e as precauções para evitar a ocorrência de danos ao meio ambiente e a terceiros durante a execução de suas atividades.

11.1.10. A CONTRATADA deverá responder por danos causados a terceiros e ao meio ambiente em virtude dos serviços prestados, desde que efetivamente caracterizada e comprovada sua responsabilidade;

11.1.11. A CONTRATADA deverá enviar relatório mensal ao Fundo Municipal de Saúde, contendo informações referentes à quantidade de material recolhido mensalmente;

11.1.12. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do serviço, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

11.1.13. O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, o produto com avarias ou defeitos;

11.1.14. Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação;

11.1.15. Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data de prestação do serviço, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

11.1.16. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

11.1.17. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou no contrato;

11.1.18. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

11.1.19. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

11.1.20. A contratada obriga-se a manter, compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a manutenção do Contrato.

11.1.21. A tolerância da Secretaria com qualquer atraso ou inadimplemento por parte da contratada não importará, de forma alguma, em alteração do Contrato, podendo o contratante exercer seus direitos a qualquer tempo.

11.1.22. A contratada é responsável pelo pagamento de todos os encargos, ações, ônus ou débitos trabalhistas, tributários, previdenciários, fiscais, administrativos, comerciais, cíveis e penais decorrentes da execução do Contrato e quaisquer outras contribuições que sejam exigidas para a prestação dos serviços.

11.1.23. A contratada assumirá inteira responsabilidade pelas obrigações decorrentes da legislação trabalhista, previdenciária de acidentes de trabalho e quaisquer outras relativas a danos a terceiros.

11.1.24. A inadimplência da contratada com referência a todos os encargos, ações, ônus ou débitos decorrentes do Contrato não transferem ao contratante a responsabilidade por seu pagamento.

11.1.25. A contratada obrigar-se-á a desenvolver o objeto deste Contrato sempre em regime de entendimento com a fiscalização, dispondo esta de amplos poderes para atuar no sentido do fiel cumprimento do Contrato.

11.1.26. Independente da fiscalização do contratante, a contratada será responsável por toda execução dos serviços, com supervisão do contratante.

11.1.27. Cabe à contratada permitir e facilitar à fiscalização, em qualquer dia e hora, devendo prestar todos os informes e esclarecimentos solicitados.

11.1.28. A contratada assumirá total responsabilidade por danos causados ao contratante ou a terceiros, decorrentes da execução do objeto, independente de dolo ou culpa, isentando o contratante de todas as responsabilidades advindas de atos de seus prepostos ou quaisquer pessoas físicas ou jurídicas empregadas ou ajustadas na execução do objeto.

11.1.29. É responsabilidade da contratada o fornecimento de materiais, equipamentos e mão-de-obra necessários para a perfeita execução do objeto.

11.1.30. Arcar com as despesas decorrentes de multas eventualmente aplicadas por quaisquer autoridades federais, estaduais e municipais, em consequência de fato a ela imputável e por ato de seu pessoal, inclusive aquelas que, por efeito legal, sejam impostas ao contratante;

11.2. É vedado à contratada:

11.2.1. Contratar servidor pertencente ao Quadro de Pessoal do contratante, durante a vigência do Contrato.

11.2.2. Veicular publicidade acerca desta contratação, salvo se houver prévia autorização do contratante;

11.2.3. Subcontratação total ou parcial do seu objeto, associação do contratado com outrem, cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, sem a autorização prévia do contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– GARANTIA DE EXECUÇÃO

12.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- ii. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- iii. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

iv. **Multa:**

- 1. Multa moratória de 0,3 % (três décimos por cento) por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
- 2. 0,7% (sete décimos por cento) sobre o valor da parte do produto não fornecido, por cada dia subsequente ao trigésimo;
- 3. compensatória de 10 % (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

13.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

13.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

13.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

13.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

13.6. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.7. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei ([art. 159](#)).

13.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

13.9. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 16 1, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

13.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

13.11. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA– DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

14.1. O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

14.2. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

14.2.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139 da mesma Lei](#).

14.2.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

14.2.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

14.3. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

14.3.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

14.3.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

14.3.3. Indenizações e multas.

14.4. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA –DOS CASOS OMISSOS

15.1 Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei [nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

16.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

16.2 O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3 Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#).

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– FORO

18.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Ilhéus/BA, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

18.2. Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em 2 (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

XXXXXXX-BA, ____ de _____ de 2026.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ILHÉUS
Sonilda Santana de Mello
CONTRATANTE

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
CONTRATADA

**ANEXO V – DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS
REQUISITOS DE HABILITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 20094/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026SMS**

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

A empresa [RAZÃO SOCIAL], com endereço [ENDEREÇO COMPLETO COM CEP], inscrita no CNPJ sob o nº [CNPJ], representada neste ato por [NOME REPRESENTANTE], [NACIONALIDADE], [ESTADO CIVIL], [PROFISSÃO], inscrito no CPF nº [CPF], DECLARA, sob as penas da lei, que na qualidade de proponente de procedimento licitatório sob a modalidade Pregão Eletrônico nº XXX/2026, instaurada pelo **MUNICÍPIO DE ILHÉUS/BA**, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, que contrata por via do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ILHÉUS, inscrito no CNPJ: 08.663.203/0001-70, que atende os cumprimentos dos requisitos de habilitação.

Por ser verdade, firmamos o presente.

(Local), de de 2026.

EMPRESA / CNPJ

(Assinatura, Nome e Número do CPF do Declarante)

OBS. Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente e carimbada com o número do CNPJ.

**ANEXO VI – DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 20094/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026SMS**

DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

A empresa [RAZÃO SOCIAL], com endereço [ENDEREÇO COMPLETO COM CEP], inscrita no CNPJ sob o nº [CNPJ], representada neste ato por [NOME REPRESENTANTE], [NACIONALIDADE], [ESTADO CIVIL], [PROFISSÃO], inscrito no CPF nº [CPF], DECLARA, sob as penas da Lei, que na qualidade de proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade Pregão Eletrônico nº XXX/2026 instaurada pelo **MUNICÍPIO DE ILHÉUS/BA**, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, que contrata por via do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ILHÉUS, inscrito no CNPJ: 08.663.203/0001-70, que não fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas. Por ser expressão de verdade, firmamos a presente declaração.

(Local), de de 2026.

EMPRESA / CNPJ

(Assinatura, Nome e Número do CPF do Declarante)

OBS. Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente e carimbada com o número do CNPJ.

**ANEXO VII – DECLARAÇÃO DE FATOS IMPEDITIVOS
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 20094/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026SMS**

DECLARAÇÃO DE FATOS IMPEDITIVOS

A empresa [RAZÃO SOCIAL], com endereço [ENDEREÇO COMPLETO COM CEP], inscrita no CNPJ sob o nº [CNPJ], representada neste ato por [NOME REPRESENTANTE], [NACIONALIDADE], [ESTADO CIVIL], [PROFISSÃO], inscrito no CPF nº [CPF], DECLARA, sob as penas da Lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo e que está ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

(Local), de de 2026.

EMPRESA / CNPJ

(Assinatura, Nome e Número do CPF do Declarante)

OBS. Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente e carimbada com o número do CNPJ.

ANEXO VIII – DECLARAÇÃO DE QUE NÃO EMPREGA MENOR
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 20094/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026SMS

DECLARAÇÃO DE QUE NÃO EMPREGA MENOR

A empresa [RAZÃO SOCIAL], com endereço [ENDEREÇO COMPLETO COM CEP], inscrita no CNPJ sob o nº [CNPJ], representada neste ato por [NOME REPRESENTANTE], [NACIONALIDADE], [ESTADO CIVIL], [PROFISSÃO], inscrito no CPF nº [CPF], DECLARA, para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal.

Outrossim, declara ainda ser conhecedora de que a violação, a qualquer tempo, do dispositivo legal mencionado, implica na rescisão de futuro contrato administrativo a ser celebrado, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

(Local), de de 2026.

EMPRESA / CNPJ

(Assinatura, Nome e Número do CPF do Declarante)

OBS. 1) Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente e carimbada com o número do CNPJ.

OBS. 2) Se a empresa licitante possuir menores de 14 anos aprendizes deverá declarar essa condição.

**ANEXO IX – DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 20094/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026SMS**

**DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO NO REGIME DE TRIBUTAÇÃO DE
ME/EPP**

A empresa [RAZÃO SOCIAL], com endereço [ENDEREÇO COMPLETO COM CEP], inscrita no CNPJ sob o nº [CNPJ], representada neste ato por [NOME REPRESENTANTE], [NACIONALIDADE], [ESTADO CIVIL], [PROFISSÃO], inscrito no CPF nº [CPF], DECLARA para todos os fins de direito, especificamente para participação de licitação na modalidade de Pregão Eletrônico nº XXX/2026, para os efeitos do tratamento diferenciado da Lei Complementar no 123/06, declaramos:

que estamos enquadrados, na data designada para o início da sessão pública do Pregão na forma Eletrônica, na condição

() de MICROEMPRESA [ou] () de EMPRESA DE PEQUENO PORTE

e que não estamos incursos nas vedações a que se reporta o §4º do art. 3º da Lei Complementar no 123/06.

(Local), de de 2026.

EMPRESA / CNPJ

(Assinatura, Nome e Número do CPF do Declarante)

OBS. Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente e carimbada com o número do CNPJ.

**ANEXO X – DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 20094/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026SMS**

DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO E RESPONSABILIDADE

A empresa [RAZÃO SOCIAL], com endereço [ENDEREÇO COMPLETO COM CEP], inscrita no CNPJ sob o nº [CNPJ], representada neste ato por [NOME REPRESENTANTE], [NACIONALIDADE], [ESTADO CIVIL], [PROFISSÃO], inscrito no CPF nº [CPF], DECLARAMOS para fins de atendimento ao que consta do edital do Pregão Eletrônico nº XXX/2026 da Prefeitura Municipal de Ilhéus/BA, tomamos conhecimento do Edital e de todas as condições de participação na Licitação e se compromete a cumprir todos os termos do Edital, e a fornecer material de qualidade, sob as penas da Lei.

(Local), de de 2026.

EMPRESA / CNPJ

(Assinatura, Nome e Número do CPF do Declarante)

OBS. Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente e carimbada com o número do CNPJ.

**ANEXO XI – DECLARAÇÃO DE NÃO INTEGRAR O QUADRO FUNCIONAL
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 20094/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026SMS**

DECLARAÇÃO DE QUE NÃO INTEGRA SEU CORPO SOCIAL, NEM EM SEU QUADRO FUNCIONAL, EMPREGADO PÚBLICO OU MEMBRO COMISSIONADO DE ÓRGÃO DIRETO OU INDIRETO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL.

A empresa [RAZÃO SOCIAL], com endereço [ENDEREÇO COMPLETO COM CEP], inscrita no CNPJ sob o nº [CNPJ], representada neste ato por [NOME REPRESENTANTE], [NACIONALIDADE], [ESTADO CIVIL], [PROFISSÃO], inscrito no CPF nº [CPF], sob as penas da lei, que na qualidade de proponente de procedimento licitatório sob a modalidade Pregão Eletrônico nº XXX/2026, instaurada pelo **MUNICÍPIO DE ILHÉUS/BA**, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, que contrata por via do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ILHÉUS, inscrito no CNPJ: 08.663.203/0001-70, não integra nosso corpo social, nem nosso quadro funcional empregado público ou membro comissionado de órgão direto ou indireto da Administração Municipal.

Por ser verdade, firmamos o presente.

(Local), dede 2026.

EMPRESA / CNPJ

(Assinatura, Nome e Número do CPF do Declarante)

OBS. Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente e carimbada com o número do CNPJ.

**ANEXO XII – DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO
INDEPENDENTE DE PROPOSTA
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 20094/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026SMS**

(Identificação completa do representante da licitante), como representante devidamente constituído de (Identificação completa da licitante) doravante denominado Licitante, para fins do disposto no item (completar) do Edital (completar com identificação do Edital), declara, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

- a) a proposta apresentada para participar da (identificação da licitação) foi elaborada de maneira independente pelo Licitante, e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitação), por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- b) a intenção de apresentar a proposta elaborada para participar da (identificação da licitação) não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitação), por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- c) que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitação) quanto a participar ou não da referida licitação;
- d) que o conteúdo da proposta apresentada para participar da (identificação da licitação) não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitação) antes da adjudicação do objeto da referida licitação;
- e) que o conteúdo da proposta apresentada para participar da (identificação da licitação) não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante de (órgão licitante) antes da abertura oficial das propostas; e
- f) que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

(Local), de de 2026.

EMPRESA / CNPJ
(Assinatura, Nome e Número do CPF do Declarante)

OBS. Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente e carimbada com o número do CNPJ.